

O IMPÉRIO EM MINAS GERAIS: ECONOMIA E PODER NA ZONA DA MATA MINEIRA DO SÉCULO XIX¹

Luiz Fernando Saraiva
Professor Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense

Resumo

A expansão da cultura cafeeira na segunda metade do século XIX transformou a Zona da Mata mineira na mais rica região da Província de Minas Gerais para o período em questão. Esta importância econômica não se traduziu automaticamente em poder político sendo que, a antiga região central-mineradora (de colonização anterior) continuará a manter grande hegemonia sobre a província. Pretendemos a partir da análise da Nobreza Mineira demonstrar como o poder político em Minas Gerais irá permanecer ligado as regiões mais tradicionais, contribuindo assim para as discussões sobre economia e poder na formação das regiões mineiras no século XIX.

Palavras-chaves: Nobreza, Poder Político, Economia

Sessão Temática H5 - A formação do espaço econômico mineiro

¹ O Presente trabalho corresponde a algumas das discussões iniciais que balizaram nossas pesquisas de doutoramento iniciadas na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2004, para essa pesquisa recebemos uma bolsa parcial do Instituto Cultural Almicar Martins (ICAM).

Em visita à Juiz de Fora em março de 1889 o jornalista e escritor Arthur Azevedo escreveu após assistir a uma peça de teatro que (...) *em terra alguma haverá tantos barões como em Juiz de Fora*.² Segundo o autor, de seis a oito camarotes estariam ocupados por barões e suas famílias. Entre os prováveis nobres que *poderiam* estar nesta ocasião, visto que não temos notícia no maior jornal local **O Pharol**,³ pois viviam na cidade ou possuíam residências, amigos e interesses naqueles momentos finais do Império Brasileiro, figuras como o Barão de Santa Helena; o Barão das Três Ilhas e o irmão deste Barão de São José del Rey; o Barão de Santa Mafalda; o Barão e depois Visconde de Itatiaia; o Barão de Lourical; de São Geraldo; de Avellar Resende; de Santa Clara; de Monteiro de Barros; do Alto Muriahe; da Conceição; de Santa Justa; o Barão e também Visconde de Monte Mário; o Barão de Guaraciaba; de Além Paraíba; de Rio Pomba; de Santa Bárbara; de São Marcelino; de Monte Alto e, por fim, o Barão e também Visconde com grandeza de Rio Novo.

Segundo José Procópio Filho, *quase todos foram líderes na cafeicultura local e apenas mostraram grande apreço e mesmo amor, ao grande vulto político e humano que foi D. Pedro II*.⁴ De fato, a maioria destes nobres foram cafeicultores de grande expressão no Império, suas fortunas ascenderam à vários milhares de contos de réis, sendo que vários ainda exerceram cargos públicos como oficiais da Guarda Nacional, juizes, delegados, a vereança, o senado e mesmo a presidência de províncias. Desta forma, pode-se fazer uma associação entre o poderio econômico e o político que a Mata mineira deteria nesse momento. Tal relação já foi feita por grande parte dos historiadores que abordaram em seus estudos a Zona da Mata mineira, como forma de dinamismo e importância política da mesma.⁵

Anderson Pires ao trabalhar com o sistema financeiro gerado na Zona da Mata mineira para o período da República Velha destaca a idéia de *Assimetria* para justificar grande parte das especificidades de um *complexo agroexportador periférico*,⁶ Segundo este autor a Zona da Mata terá um desenvolvimento marcado por uma série de *Assimetrias* tanto em relação à cafeicultura do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista – *Assimetrias* temporais e espaciais – quanto em relação à própria província de Minas Gerais – *Assimetrias* de fluxos de recursos e de informação. Segundo o autor seriam essas *Assimetrias* que iriam garantir à região um comportamento ascendente, enquanto outras regiões do vale entrariam em decadência no final do XIX ao mesmo tempo que impediriam um maior crescimento posterior pela ‘perda’ da capital para a região central de Minas – fato que também é comentado por Octávio Dulci.⁷

Pretendemos trabalhar neste trabalho com a idéia de *Assimetria Política*, ou um ‘descompasso’ entre o poder econômico adquirido pela Zona da Mata mineira a partir da expansão cafeeira e o poder político que as classes dominantes da região exerceram na Província e também no Império. Parte desta *Assimetria Política* está obviamente ligada ao próprio processo de conquista e colonização da Mata mineira bastante tardia se considerarmos os 1º núcleos populacionais de Minas Gerais. De maneira bastante resumida, podemos dizer que a formação da Região se dará como zona *periférica* de passagem e abastecimento para as Minas Gerais ao longo do século XVIII, quando da construção do Caminho Novo, por Garcia Rodrigues Paes entre 1703-09. Durante o Setecentos assistimos a

² Arthur Ramos *Apud* NOBREGA, Dormevelly. **Reverendo o Passado: Memória juiz-forana**. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997, p. 67.

³ O Jornal O Pharol circulou por Juiz de Fora grande parte do último quartil do XIX, entretanto, as coleções guardadas no Arquivo Nacional ou pela Biblioteca Municipal Murilo Mendes apresentam lacunas em determinados anos, assim, para o ano de 1889 faltam os meses referentes ao 1º semestre. Existe a coleção particular do historiador Dormevelly da Nóbrega que foi adquirida recentemente pela Universidade Federal de Juiz de Fora mas ainda não está a disposição do público para consulta.

⁴ PROCÓPIO, José Filho. **Salvo Erro ou Omissão: Gente juiz-forana**. Edição do Autor, Juiz de Fora, 1979, p. 331.

⁵ Cf. GENOVÊS, Patrícia Falco. **As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Niterói: Dissertação de Mestrado, UFF, 1996, o próprio José Procópio Filho, op. cit e LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do caminho novo à proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF / FUNALFA, 1985, PROCÓPIO, op. cit, dentre outros.

⁶ PIRES, Anderson **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, revisada, 2004, p. 12.

⁷ DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

montagens de fazendas a partir da doação e venda de diversas sesmarias e também do apossamento de terras, vinculadas essencialmente ao abastecimento das tropas. A região assiste ainda à fundação de registros de passagens e entradas, notadamente em *Mathias Barbosa* e *Simão Pereira*, o que além de denotar maior controle por parte da Metrópole, acabava por favorecer o maior povoamento dos caminhos e registros. No início do XIX o crescimento da região com principalmente de Juiz de Fora, vincula-se à vinda da família real, ou nos dizeres de Saint Hilaire *Antigamente apenas compreendia o pequeno número de casas situadas à margem do caminho; mas, desde a chegada do Rei D. João VI ao Rio de Janeiro, recebeu um considerável acréscimo de população.*⁸

Ao longo Oitocentos a expansão da cafeicultura transformou a Zona da Mata mineira, de área marginal em relação à capitania depois província de Minas Gerais na região mais rica e dinâmica. Responsável por mais de 70% da arrecadação provincial e a segunda maior produção cafeeira do Brasil, mantendo cerca de 20% da produção nacional entre 1870 até 1920, acompanhando percentualmente a expansão cafeeira pelo vale da Paraíba paulista e fluminense e depois o crescimento do Oeste Paulista.⁹ A cidade de Juiz de Fora tornou-se o principal centro desta expansão que se desdobrou ainda em uma importante sistema de transportes, comércio, serviços urbanos, financeiros e indústrias que, transformaram a cidade em uma das mais importantes do país no final do Império.

Como não poderia deixar de ser, este desenvolvimento econômico se fez acompanhar de uma poderosa classe proprietária e de um grande crescimento demográfico, quer de escravos, quer de homens livres para o período estudado. Se, os estudos de fundo mais econômico já estão bastante adiantados,¹⁰ falta para região e cidade um trabalho mais detalhado sobre a participação política das classes dominantes da Mata mineira com o resto da província e com o poder central (no caso imperial). Mesmo se consideramos que a região central de Minas Gerais era de povoamento mais antigo, portanto com grupos econômicos e políticos bastante consolidados, o crescimento da Mata mineira e de sua principal cidade será de tal monta que, em 1891 ainda nos debates pela criação da nova capital de Minas Gerais – o futuro governador de Minas Gerais e presidente da República, à época presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais – Afonso Pena irá afirmar que:

Tenho ouvido dizer (o que é uma aspiração legítima) que o poderoso Estado de Minas deve ter uma capital tão importante como a de São Paulo. Se nós queremos simplesmente atender ao progresso da população, a reunião de riquezas evidentemente já temos um lugar constituído neste Estado: É a cidade de Juiz de Fora; porque esta cidade, que há trinta anos era uma pequena localidade, é hoje a cidade mais importante do Estado, já pela sua riqueza, já pelo espírito de iniciativa que ali se tem apresentado de um modo que faz honra ao povo mineiro.¹¹

Por formação da Zona da Mata mineira entendemos, de um lado, o desenvolvimento de uma atividade econômica que não só garantirá o povoamento de uma região até então acessória e complementar as Minas Gerais, mas também como a partir desta expansão, irá se formar uma sociedade específica, com condicionantes próprios, embora inserida em um contexto maior das relações escravistas do Brasil e da expansão do capitalismo em nível mundial.¹² A riqueza da Zona da Mata mineira, aliada ao seu povoamento posterior a região central das Minas Gerais marcou uma relação política assimétrica com o poder provincial que pode ser visto na citação de Blasenhein onde:

(...) enquanto o governo da Província fortalecia a economia regional e o café prosperava, a Mata aceitou uma posição política subalterna. (...) É verdade que a região se queixava do pesado imposto que incidia sobre a exportação do café, um total de 11 por cento do valor do produto, pago às autoridades gerais e provinciais. Mas os representantes da Mata não tiveram iniciativa de legislação para reduzir este ônus até a crise de

⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, ed. Itatiaia Ltda, 2000, p. 50.

⁹ Cf. neste sentido o artigo de ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gauderetto e SARAIVA, Luiz Fernando. **A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma Historiografia**. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas. CAXAMBU: ABPHE, 2003.

¹⁰ Idem.

¹¹ Anais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 31ª Sessão Ordinária de 7 de junho 1891, p.447

¹² CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio** 2ª. Edição, São Paulo: Braziliense, 1982 cf. também MATTOS, Ilmar Rohloff de, **O Tempo Squarema: A formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

superprodução, em 1898. Igualmente, os representantes da região freqüentemente aludiam à possibilidade de secessão, pela união à Província do Rio, à qual a Mata estava ligada por fatores geográficos e econômicos. Mas a ameaça secessionista que nunca era séria, constituiu um modo de obter apoio para projetos legislativos patrocinados pela Mata. As referências a essa alternativa invariavelmente eram concluídas com a declaração de que a lealdade do povo pela Mata aos interesses da região somente era ultrapassada pela sua lealdade à Pátria mineira.¹³

O nosso trabalho se insere assim em uma dupla problemática, de um lado a expansão de uma economia centrada no café a partir de meados do XIX; de outro, como esta expansão acabará por formar, de maneira não reflexa e não automática, um novo grupo de pressão e depois *controle* sobre a região que estará sendo construída neste momento – no caso a Zona da Mata mineira – e, na sua articulação com o poder provincial e imperial.¹⁴ Pretendemos, portanto, levantar discussões que nos permitam trabalhar este duplo prisma **político** e **econômico** para podermos compreender a **formação social** que se processava então.

O que pretendemos demonstrar, ao propormos a análise da *Nobreza de Minas* é que este grande número de nobres não necessariamente expressava um grande poder *político* da Zona da Mata mineira em relação à Província ou mesmo ao Império brasileiro, embora indicasse o processo de construção do mesmo. Com o advento da República vemos uma alteração nas relações de poder tanto no nível estadual, como no nível nacional (ou federal) com a re-acomodação das relações políticas. John Wirth chama atenção que a Mata mineira bem como o Sul de Minas tornam-se as regiões mais influentes dentro da ‘federação’ de Minas Gerais para o período da República Velha, com o grupo liderado primeiramente por Cesário Alvim, depois Crispim Jacques Bias Fortes e posteriormente por Antônio Carlos de Andrada.¹⁵ O fato é que a Zona da Mata iria viver uma situação curiosa, por um lado nunca seus políticos tiveram tanto poder e influência no cenário estadual e mesmo nacional, por outro, a criação da nova capital entre 1893 e 1897 em Belo Horizonte irá drenar parte significativa das rendas do Estado para a região central e, a longo prazo, ajudou a manter a importância econômica do centro, ao mesmo tempo que impediu um maior desenvolvimento da Mata mineira.¹⁶

¹³ BLASENHEIN, Peter. **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870 – 1906**. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Standford. Standford Universty. March, 1982 (tradução livre).

¹⁴ Por controle estamos entendendo a dominação sobre a sociedade civil e política, tanto do ponto de vista material, mas também a partir de uma direção moral, ou a formação de uma hegemonia (com o respectivo controle do discurso ideológico) como pode ser vista na obra de GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

¹⁵ Cf. por exemplo: *Assim o poder mudou* [com o advento da proclamação da República] *para as zonas cafeeiras sem a intervenção federal ou colapso institucional e as receitas sem precedentes de café facilitaram a transição* WIRTH, John. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 159 cf. também sobre o poder de Antônio Carlos de Andrada p. 175 e seguintes.

¹⁶ Cf. acerca do crescimento econômico de Minas Gerais e da decadência da Zona da Mata mineira DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, DULCI, op. cit. A Mata mineira e o Sul de Minas forneceram durante o período da República Velha três presidentes da república e dois vices. Wenceslau Brás Pereira Gomes, advogado e cafeeiro, além de empresário nascido em São Caetano da Vargem Grande, atual Brasópolis no Sul do Estado, foi presidente no período de 1914 a 1918, assim como o também advogado e cafeeiro Arthur da Silva Bernardes do município de Viçosa (pertencente à Mata mineira), presidente entre 1922 a 1926. Foi ainda presidente entre 1918 e 1919 o advogado Delfim Moreira da Costa Ribeiro (nascido na fazenda da Pedra em Cristina, Sul de Minas) e que também foi vice-presidente até 1920, substituído por Francisco Álvaro Bueno de Paiva, nascido na vila do Caracol em Caldas (Sul de Minas) entre 1920 e 22. Diversos ministros também foram dessas duas regiões como José Cesário de Faria Alvim, Ministro da Justiça logo após a proclamação da República e João Luís Alves, nascido em Juiz de Fora, e ministro durante o governo de Arthur Bernardes. Outros exemplos foram Antônio Carlos de Andrada, originário de Barbacena (com forte base de atuação na Mata mineira, particularmente em Juiz de Fora), Ministro das Finanças entre 1917 a 1918, além de governador de Minas no período da Revolução de 30. Odilon Duarte Braga, cafeeiro, nascido em Guarani (próximo a Juiz de Fora) e que foi ministro da agricultura de 1934 a 1937; Ministro da Fazenda em 1919. Outro que teve sua origem na Mata mineira foi João Ribeiro de Oliveira Souza, 1º gerente do Banco de Crédito Real, fundado na cidade. Por fim, podemos destacar o cafeeiro e advogado em Ubá (na Mata mineira) Fernando Lobo Leite Pereira (nascido em Campanha – Sul de Minas), que foi prefeito do Distrito Federal durante o governo do Marechal Floriano Peixoto. Todos os citados, direta ou indiretamente possuíam vinculação com a cafeicultura, principal riqueza de Minas desde meados do XIX.

O ‘descompasso’ entre o poder econômico adquirido pela Zona da Mata mineira a partir do café e o poder político de uma fração da classe dominante senhorial – a nobreza da região – exerceu na Província e também no Império, pode ser percebida pela presença relativamente pequena dessa mesma nobreza (e por extensão dos demais fazendeiros, capitalistas e políticos da região) nas esferas de atuação – embora, obviamente não no nível local. Esta pequena participação política se traduz no número relativamente baixo de deputados, senadores, juizes, ministros, presidentes de província e conselheiros de estado como se verá à frente. Tal *Assimetria* também pode ser vista nas disputas que resultaram na criação de Belo Horizonte em fins deste mesmo século, por fim acreditamos que esta *assimetria* foi fruto ainda da construção de uma ‘identidade mineira’, diferente e específica dos ‘velhos mineradores’ que fora forjada ainda no século XVIII.

Para definirmos melhor o porquê da escolha da *Nobreza* como objeto privilegiado de análise desse capítulo, e não do conjunto dos políticos mineiros recorreremos a definição do “Vocabulário Português e Latino” do Padre Raphael Bluteau (1712 – 1727), onde o termo nobre significa: *Aquele que por sangue, ou por alvará do Príncipe se diferencia em honras, e estimação dos plebeus, e mecânicos*. É importante destacar que para este autor e, para o século XVIII, a definição de Nobres comportava várias diferenças, assim, além de *Nobre*, existia *Nobre por sangue* que significava *nascido de pais ilustres em nobreza* e ainda *Ser Nobre. Habere tria nomini*. [Ter três nomes] *Ufavam [-se] os romanos dessa frase, porque entre eles os nobres tomavam três nomes (...)*.¹⁷

Bluteau afirmava que para além dessas definições, o termo nobre comportava ainda partes do corpo – *Partes nobres do corpo chamam os médicos e anatômicos aquelas, sem as quais o vivente não pode subsistir*; Qualidades intrínsecas – *animais irracionais, plantas, edifícios, e outras coisas, quando são notáveis por dotes da natureza, ou primores da arte*; Moradas, no sentido de habitação – *Casas Nobres chamamos as que têm lugar, ou pátio, com aposentos capazes para uma nobre família* e, por fim Ações e Atitudes – *Ação Nobre. Digna de um homem bem nascido (...)* ‘*Não são as ações, mas as circunstâncias [que] se dá o título de nobre, quando são dignas de estimação*’ (Vieira, tom. 3, 43).¹⁸

No século XIX o dicionário de Antônio de Moraes Silva (1813) traz como definição de nobreza aquele que é *conhecido e distinto pela distinção, que a lei lhe dá dos populares, e plebeus, ou mecânicos, e entre os fidalgos por avoengos, ou ilustres méritos*. Vemos que a definição continua em grande parte derivada da concepção de Bluteau e para Maria Beatriz Nizza da Silva haveria então uma origem hereditária (*avoengos*) e uma pela prestação de serviços (*ilustres méritos*).¹⁹ Os estudos sobre o Brasil colônia são unânimes em admitir a grande importância do grupo de proprietários de terra naquilo que se convencionou chamar a *nobreza da terra*. Maria Beatriz Nizza da Silva trata esse grupo como daqueles grandes proprietários que no período colonial conseguiram destacar-se na metrópole ou em outras regiões do Império. Para a autora, num primeiro momento seriam os donatários das capitâncias que com o tempo iriam se desdobrar em altos funcionários, ricos fazendeiros, sertanistas de sucesso, grandes mineradores e mesmo comerciantes *de grosso* como *os mais nobres e da governança da terra*.²⁰

Esta leitura se contrapõe à de João Luís Ribeiro Fragoso onde, para o autor, a nobreza na colônia estaria inicialmente ligada ao processo de conquista do território (na luta contra gentios e invasores), na aquisição de *prebendas* e outros benefícios reais e, por último na montagem de engenhos com a posse de terras e cativos a partir das rendas acumuladas anteriormente com os benefícios. Ainda segundo Fragoso esse processo de *conquista* da capitania do Rio de Janeiro, iniciado em finais do século XVI e completado no início do XVII (1580 – 1620), criou a base das famílias que irão dominar a região do recôncavo fluminense pelos séculos seguintes. A *nobreza da terra* nessa visão seria então a dos primeiros conquistadores e de funcionários da coroa que tiveram acesso à

¹⁷ Lília Moritz nos lembra que esse costume romano era o de dobrar o nome daqueles que tivessem grandes feitos em suas vidas, cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Como ser Nobre no Brasil*. In: *As Barbas do Imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos*. 2ª ed e 3ª reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

¹⁸ Bluteau, R., S. J. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1727, vol 7, p. 524.

¹⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005 p. 16.

²⁰ Idem, p. 139.

terras, benefícios régios e cargos políticos gerando uma elite que permaneceu no comando da economia e política fluminense para os séculos seguintes. A chegada de comerciantes nesse circuito teria se dado em período posterior à conquista e em um processo de integração via redes clientelares, casamentos e a montagem de *famílias extensas*. Dessa forma o autor trabalha com a idéia de um *mercado imperfeito* onde o principal fator extra-econômico seria o reconhecimento por parte do rei do caráter de *nobreza da terra* dos primeiros conquistadores.²¹

Realidade distinta é demonstrada por Evaldo Cabral de Melo para Pernambuco no século XVIII onde uma grande divisão teria oposto de um lado a nobreza da terra (na figura dos grandes proprietários rurais) e de outro aos comerciantes reinóis de maneira irreconciliável. Essa distinção seria, entretanto, restrita à Pernambuco, pois como afirma o próprio Evaldo Cabral para a Bahia (e que poderia ser generalizado para outras regiões) acerca da possível dicotomia nobreza da terra *versus* comerciantes: *A própria facilidade com que os comerciantes ricos pularam a barreira para tornar-se parte da elite impediu-a de se transformar numa corporação fechada que poderia ter marginalizado um grupo social economicamente poderoso e politicamente fraco, situação que quase certamente teria provocado conflito de classe.*²²

Para o século XIX vemos algumas mutações na categoria da *nobreza da terra*, pois a vinda da família real vai *interiorizar a metrópole*, segundo a feliz expressão de Maria Odila, e redimensionar no espaço da antiga colônia o termo *Nobre*.²³ Maria Beatriz Nizza da Silva nos mostra como junto com príncipe regente D. João uma parte significativa da aristocracia lusa aportou no Brasil, ao mesmo tempo em que, uma *nova nobreza* se formou com farta distribuição de títulos que, inicialmente restrita aos portugueses que participaram da transmigração, atingiu os diversos grupos que atuavam na colônia.²⁴

Sérgio Buarque de Holanda, com relação a origem dessa *nova nobreza* brasileira a partir do 1º Reinado, destacava o grupo dos *negociantes de grosso trato*,²⁵ como aquele onde:

(...) as elites do Primeiro Reinado vêm mais da classe dos comerciantes urbanos do que da aristocracia rural. Negociantes ou filhos e genros de negociantes que, em todo caso, deveram ao trato mercantil sua riqueza e prestígio, aparecem em quase todos os ministérios de D. Pedro I, com Baependi, Barbacena, Valença, Caravelas, Cachoeira, entre outros, bem como no Conselho de Estado e mais ainda no próprio serviço do Paço. Até o pai dos Andradas tivera parte no velho e lucrativo comércio fluvial de Cuiabá e Mato Grosso. Compreende-se assim que uma personagem da eminência da Baronesa de São Salvador de Campos dos Goitcazes, Baroneza já no tempo do Rei velho ou, mais exatamente, do regente D. João, pois teve o título em 1812, continuasse a figurar no corpo do comércio da Corte.²⁶

Durante o 2º Reinado José Murilo de Carvalho chama atenção para o fato de que D. Pedro II privilegiou os proprietários de terras e políticos no *mercado de títulos*, rompendo com o modelo anterior e hierarquizando a *atuação política* com títulos mais elevados – de Viscondes, Condes e Marqueses – enquanto a *riqueza e propriedade* se manteria no nível dos Barões.²⁷ Lília Moritz

²¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: **Topoi Revista de História**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. 1ª ed. vol. 1.

²² MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos – Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666 – 1715**. São Paulo: Editora 34, 2003.

²³ DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822 Dimensões**. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1986.

²⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, op. cit

²⁵ Para Alberto Jaquero de Sales, lente da Aula do Comércio da Real Junta do Comércio, “compreende a ocupação de um membro que remete para os paizes estrangeiros as produçoens da sua Patria, ou seja com o fim de troca-las por outras necessarias, ou por dinheiro, este commercio feito por terra, ou por mar, tem distinto nome de commercio em grosso, e os que se occupão nele são chamados de homens de negocios_ Esta profissão he muito necessaria, porque he a alma da Navegação, e que augmenta as riquezas relativas do Estado.Não há, nem pode haver igualdade entre estes negociantes, porem deve-se procurar o quanto for possivel porque he mais util no cazo, especialmente, em que o commercio seja limitado o haver hem grande numero de ricos, que um menor (...)” SALES, Alberto Jaquero de. **Diccionario Universal de Commercio**. Tradução e adaptação do Dictionaire Universel de Commerce, de Jacques Savary des Brulons, 3 vols., 1813,.

²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da Historiografia. **O Estado de São Paulo** – Suplemento Literário. 24/06/1973.

²⁷ CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

acrescenta à essas análises os possíveis significados de uma *corte tropical*, com a recriação no país de uma tradição europeia já decadente adaptada às cores e matizes locais, ou:

Como símbolo, a titularidade permaneceu enquanto um tipo de “tradição”, constantemente acionada quando se trata de afirmar certo prestígio, autoridade e passado. Em um país de história curta e memória rarefeita, dizer-se nobre é passar um atestado de antiguidade – mesmo que breve – em um ambiente em que, com frequência, se reclama de falta de tradição.²⁸

Apesar da historiografia do Império destacar o caráter não-hereditário da nobreza brasileira para o século XIX como o grande diferencial para nosso *modelo*, podemos entender que, seguindo a definição de Bluteau, mesmo para a Portugal no século XVIII, a nobreza estava longe de ser somente hereditária.²⁹ De fato, já foi dito que o ideal de enobrecimento acompanhou boa parte da trajetória ibérica – e Lusa em particular – no período moderno.³⁰

Acreditamos que a partir da definição de Bluteau e das discussões acima tratadas são três conceitos principais que definem a nobreza a partir do modelo lusitano: 1) uma situação peculiar e natural (nascimento, dotes da natureza), 2) as ações ou comportamentos (primores da arte, dignas de estimação) e 3) a vontade régia (alvará do príncipe). Para o Brasil do século XIX, acreditamos que estes conceitos continuassem valer e, para se *fazer um nobre* existia a necessidade de uma **origem** – relativamente digna; **atuação política** – em um sentido mais amplo, envolvendo desde a conquista de territórios para a ‘civilização’, obras de caridade, atividades e pesquisas científica e/ou acadêmicas, passando mesmo pela política em sentido *strictu* e, a **vontade do governante**, que seria definida pela conjunção dos fatores anteriores, *reconhecimento* do monarca e *vontade expressa* do postulante ao título. Nesse ponto, Ana Maria Mauad nos chama atenção para a *negociação* que envolvia com o soberano (no caso D. Pedro II) a concessão de um título de nobreza ou as demais comendas como da Ordem de Cristo ou da Rosa.³¹

Vemos então que existia, para além de um *mercado*, uma *política* na aquisição de títulos de nobreza. A idéia central aqui passa então pela compreensão não somente dos *custos* de aquisição de um título no sentido estrito, mas também de todos os gastos e empenhos que envolviam desde colocar-se como merecedor de um título; a negociação que envolvia o pedido e a manutenção do *status* de nobre. Colocar-se como *merecedor* de títulos envolvia diversas possibilidades como a *Filantropia* – construção de hospitais, obras de caridade; a *Religiosidade* – construção de igrejas, participação em Irmandades; o *Civismo* – apoio a escolas e associações culturais, além de subscrições públicas para construção / reforma de prédios da câmara, fóruns, cadeias, etc e o *Patriotismo* – apoio ao monarca contra revoltas (como a que ocorreu em Minas Gerais em 1842) ou ações valorosas como na Guerra do Paraguai, dentre outras possíveis classificações.³² A negociação dos títulos envolvia também um conhecimento prévio da estrutura política da corte, dos demais nobres e do Imperador. As formas de se aproximar do monarca e conseguir uma distinção ainda estão para serem estudadas de maneira sistemática, entretanto, diversos autores vem, pontualmente, demonstrando essa prática.³³ Por fim, a manutenção dos títulos envolvia um *habitus senhorial* bastante próprio que se espelhava na Europa, na

²⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz, op. cit. p. 195.

²⁹ TAPAJÓS, Vicente. (coord.). **História administrativa do Brasil; organização política e administrativa do Império**. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servido Público, 1984, p. 72

³⁰ Cf. por exemplo o trecho tirado de MAURO, Frederic. Portugal e o Brasil: A Estrutura Econômica e Política do Império, 1580 – 1750. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: A América Latina Colonial I**. Vol. 1; tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EdUSP; Brasília: FUNDAG, 1997, p. 448: “A estrutura social de Portugal era diferente de qualquer outra da Europa, não apenas por causa do importante papel que o rei desempenhava na economia (...) mas também porque, como salientou Albert Silbert, Portugal não tivera a experiência de um sistema feudal. Tirante o fato de ser a ‘propriedade da coroa’ um quinhão muito mais importante do poder econômico da alta e média nobreza do que qualquer herança patrimonial, o rei nunca havia renunciado a seus direitos e poderes (*direitos reais*) na esfera da justiça.”

³¹ MAUAD, Ana Maria. Imagem e Auto-Imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe, **História da Vida Privada no Brasil: Império a Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997 pp. 181 – 232.

³² SCHWARCZ, Lília Moritz, op. cit.

³³ Para os nobres da Zona da Mata mineira cf. GENOVÊS, Patrícia Falco, op. cit. para a nobreza do Vale da Paraíba Fluminense, MAUAD, Ana Maria, op. cit. para a nobreza paulista, TOSTES, Vera Lúcia Botrel. **Títulos e Brasões, sinais de nobreza: Titulares Brasonados do Império Rio de Janeiro e São Paulo**. Rio de Janeiro: JC editora, 1996.

Corte e nos contemporâneos.³⁴ Tal título nobiliário, concordando com Pierre Bourdieu significa *capital simbólico, social e até mesmo juridicamente, garantido. O nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bem, prestigioso, em resumo nobilis. Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância oficial, 'universal', quer dizer, conhecido e reconhecido por todos.*³⁵

Desta forma, achamos que a escolha pela análise da nobreza mineira justifica-se por vários motivos: 1) Tratava-se de um grupo heterogêneo de vários grupos dominantes da sociedade, políticos, fazendeiros, mineradores, comerciantes e funcionários públicos ou como vemos no **Dicionário do Brasil Imperial**: *certas atividades que favoreciam a ascensão nobiliárquica, em geral ligadas ao serviço público – civil, militar, acadêmico – e ao poder econômico – fazendeiros, comerciantes, banqueiros;*³⁶ 2) A doação do título pelo Imperador indicava uma relação de reconhecimento por parte do poder central a partir de uma atuação que podia ser regional e que podia se dar em um ou vários níveis: político, científico, filantrópico, etc e, 3) Por expressar as várias formas de atuação política dos agentes, demonstra no seu conjunto o poder das regiões (em nosso caso mineiras) frente uma às outras.

O estudo da nobreza brasileira já foi desenvolvido por vários autores dentro do que chamamos de *História tradicional-liberal*. Affonso Taunay e Carlos Grandamsson Rheingantz são dois grandes exemplos já no século XX desta corrente que vê na nobreza o sinal de distinção dada pelo imperador para os feitos notáveis.³⁷ A genealogia e, principalmente o método prosopográfico, surgem assim, mais que como métodos de estudo, como formas de legitimação perante a sociedade, quer no presente, quer no passado.³⁸

Embora a concessão de títulos de nobres no Brasil seja bastante controverso na historiografia, variando de 1.116 títulos concedidos no Brasil no século XIX como mostrado em Vicente de Tapajós – Quadro I – passando por 1.211 títulos, indicado por Vera Tostes até chegarmos no número de 1.439 para Lilia Moritz Schwarcz que une os titulados durante o período joanino aos do período Imperial (1º e 2º reinado),³⁹ temos algum consenso quanto a importância dos mesmos no processo de construção do Estado Brasileiro no Oitocentos. Para estes autores, apesar de *exótica*, a nobreza cumpriria aqui um papel de reconhecimento público da autoridade do monarca e do modelo de governo estabelecido no país.

No tocante a Minas Gerais, Carlos Grandamsson Rheingantz enumera 157 nobres como tendo suas origens na província. Com base nesses dados, a província de Minas Gerais foi a 2ª maior em número de titulares, perdendo somente para o Rio de Janeiro (corte e interior) com um total de 226 nobres.⁴⁰ Patrícia Falco Genovês por seu turno, lista 212 títulos de nobreza concedidos para as elites mineiras no período 1818 até 1889.⁴¹

Na nossa pesquisa, encontramos números diferentes dos autores citados. Em primeiro lugar, orque optamos por excluir as mulheres que foram tituladas no Império (diferentemente daquelas que receberam títulos por extensão de seus maridos) como a Baronesa de Santanna ou a Baronesa de São

³⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz, op. cit.

³⁵ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 148.

³⁶ VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, verbete Nobreza, p. 554.

³⁷ TAUNAY, Affonso de E. **O Senado do Império**. São Paulo: Livraria Martins, 1941 e RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Arquivo Nacional, 1960.

³⁸ Para a *história tradicional-liberal* a prosopografia surge então como método e legitimação do *status quo*. No presente trabalho entendemos a prosopografia como um método de pesquisa, como uma ciência auxiliar *entre a antropologia, a genealogia, a demografia e a história social, entre as singularidades de um evento e a individualidade, e as provas seriais de fenômenos sociais e de desenvolvimentos de longa duração*. Cf. WERNER, 1977 p. 71 *Apud* BULST, Neithard. **Sobre o Objeto e o Método da Prosopografia**. In: **Politéia – História e Sociedade**. Vitória da Conquista, vol. 5 n.1, 2005

³⁹ TOSTES, Vera Lúcia Botrrel, op. cit. SCHWARCZ, Lília Moritz, op. cit. p. 143. Existiram ainda nobres no Brasil que receberam títulos de nobreza de outros Reinos ou do Vaticano, como foi o caso do Conde de Cedofeita em Juiz de Fora (título de origem lusa) ou o Barão de Studart (título dado pelo Vaticano).

⁴⁰ RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, SCHWARCZ, Lília Moritz, op. cit. discorda desse número, apontando para a Bahia como 2ª província em número de nobres.

⁴¹ GENOVÊS, Patrícia Falco. **O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2003.

Mateus. A questão da exclusão das mulheres titulares foi uma opção de ordem eminentemente prática, pois estamos procurando as *trajetórias políticas* (vereadores, deputados provinciais, imperiais, senadores, ministros, etc) cargos notoriamente vedados às mulheres, embora não a sua influência. Deve ficar claro que alguns desses títulos (dado à mulheres) tiveram grande significado político – como o título dado à Baronesa de Santanna, por solicitação de seu filho Mariano Procópio Ferreira Lage, amigo pessoal de D. Pedro II.

A despeito deste ponto encontramos também grandes dificuldades em definir a *naturalidade* de alguns personagens que tiveram uma trajetória *nacional*, não tendo uma ‘base’ de atuação definida. Critérios como nascimento, residência, filiação ou parentesco mais ou menos extenso também são igualmente problemáticos, pois muitas vezes não se referem as atividades ou interesses dos membros da nobreza, ou então são inconclusivos. De fato, para uma significativa parcela das frações da classe dominante do Império Brasileiro o país oferecia muitas possibilidades de deslocamento, alianças políticas e/ou matrimoniais, ou ainda interesses diversos. A *hegemonia saquarema* construída em meados do século XIX criou ‘vias’ por onde uma parcela destas frações transitava com desenvoltura. Esta prática se manteve durante toda a 2ª metade do oitocentos e adentrou nas primeiras décadas do século seguinte.⁴²

Podem ser citados meramente como exemplos pontuais Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo que teve uma trajetória ‘internacional’. Originário de Pernambuco, de uma família ligada desde o século XVIII aos senhores de engenho de Olinda Albuquerque e Cavalcanti⁴³, filho do Conselheiro Nabuco de Araújo e tendo sido eleito deputado geral por essa província, Nabuco atuou muito mais na Corte e fora do país como deixou bem claro em **Minha Formação**.⁴⁴ Outro menos conhecido foi o prefeito de Niterói Carolino Leoni Ramos que apesar de ter nascido na cidade de Cachoeira na Bahia, atuou em diversas províncias do país (como Alagoas, Ceará, Santa Catarina, Pernambuco) advogado, exerceu diversos cargos públicos tendo se estabelecido no Rio de Janeiro a partir de 1881 quando foi nomeado Juiz Municipal de Órgãos em Itaguaí, daí por diante sua trajetória política (foi vereador de Santa Theresa, atual Porto das Flores e Niterói; deputado estadual, prefeito de Niterói) se ligou cada vez mais ao Rio de Janeiro onde irá falecer em 1931.⁴⁵

Particularmente no caso da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (que nos interessa diretamente por fazer parte dela a Mata mineira) essas inter-relações se faziam sentir de maneira mais efetiva, dada às proximidades geográficas e ao processo de conquista e povoamento a partir da expansão da cafeicultura. Tal foi o caso de José Gualberto de Carvalho, o 1º Barão de Cajurú, agraciado com tal título de nobreza em 1860. Sua família tinha origem em São João Del Rey (portanto na região Central Mineradora), e o Barão foi um grande cafeicultor tanto em Minas Gerais quanto no Rio de Janeiro.⁴⁶ O título de Barão foi recomendado pelo então Visconde de Bonfim (depois Conde e Marquês do mesmo nome), José Francisco de Mesquita, que foi banqueiro e amigo pessoal de D. Pedro I no Rio de Janeiro, e que fez fortuna com o comércio de carne mineira para a Corte através da firma Mesquita & Guimarães, em sociedade com Domingo Custódio Guimarães, também da região de São João Del Rey, e que viria a ser Barão e depois Visconde de Rio Preto⁴⁷. Esse último tornou-se proprietário de mais de 14 fazendas (tanto do lado ‘mineiro’, quanto ‘fluminense’) com uma produção estimada de 60.000 arrobas de café por ano.

⁴² Uma leitura diferente sobre a estratégia política de rotatividade do Império está em MURILO, op. cit.

⁴³ A respeito do poder dos Cavalcantis no Império cf. CARVALHO, M. J. M. Cavalcantis e Cavalcados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. In: **Revista Brasileira de História**, Sao Paulo -USP-Anpuh, v. 18, n. 36, p. 331-365, 1998.

⁴⁴ NABUCO, Joaquim Aurélio Barreto de. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2004.

⁴⁵ LAGO, Coronel Loureiro. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal – Dados Bibliográficos (1828-1939)**. Rio de Janeiro, 1940 – Imprensa Militar.

⁴⁶ BUENO, Carlos Barata Cunha. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. Brasília, 2000. O barão de Cajurú era possuidor a fazenda Bicas em Andrelândia (no sul de minas) e também da Fazenda São Lourenço na província do Rio de Janeiro – Distrito de Porto das Flores

⁴⁷ LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 25), p. 62.

O mesmo aconteceu com Nicolau Antônio Valle da Gama, o Visconde de Nogueira da Gama, que nasceu na tradicional Fazenda de São Matheus na Zona da Mata mineira em 1809. Originário de uma das mais importantes famílias da região de São João Del Rey, a família Nogueira da Gama, parente de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o marques de Baependi,⁴⁸ sua mãe era Francisca Maria do Valle Amado, que se tornou na Baronesa de São Matheus depois da morte do marido o Capitão José Ignácio Nogueira da Gama. Apesar de suas origens mineiras, Nicolau Antônio passou grande parte de sua vida na corte tendo sido mordomo da Casa Imperial a partir de 1868, agraciado com o título de Barão em 1872 e de Visconde em 18, era ainda cafeicultor, proprietário da fazenda Independência em Rio das Flores. Em sua biografia **Minhas Memórias**, deixa claro sua origem mineira, se referindo, entretanto, constantemente a sua condição de homem do império, ou da corte.⁴⁹

Desta forma, entendemos que a definição quanto as origem e atuações da nobreza brasileira no XIX é um trabalho permanentemente aberto, sem definições exatas, mas apenas por aproximações possíveis de acordo com o objetivo de cada pesquisador. Cumpre então discriminar criteriosamente a metodologia adotada, bem como os resultados encontrados para permitir o contradito.

Encontramos somente 135 nobres em Minas Gerais, conforme a tabela I. Destes 135 (entre 155 títulos dados) e não os 200 (excluído as mulheres) encontrados por Genovês ou os 157 de Carlos Rheingantz. Ao estudarmos estas ‘discrepâncias’ acabamos por questionar alguns dos ‘nobres mineiros’ indicados. Como exemplo, temos o 1º Barão de Ubá, título concedido a João Rodrigues Pereira de Almeida, e que foi considerado como pertencente às Elites Mineiras, ou segundo as palavras de Genovês *recebeu o título de Barão de Ubá em 1828, como homenagem ao seu local de nascimento. Seu clã os Rodrigues Pereira, teve grande participação política na província, ao longo do segundo reinado (...)*.⁵⁰ Entretanto, João Rodrigues Pereira de Almeida foi um dos maiores *negociantes de grosso, contratador e traficante de escravos* da Praça do Rio de Janeiro no período Joanino, através da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia (uma sociedade dele com seus irmãos Joaquim Pereira de Almeida e Mateus Pereira de Almeida), e de quem Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá, foi caixeiro. De origem portuguesa, filho de José Rodrigues Pereira de Almeida, um dos maiores negociantes e contratador da Praça de Lisboa do período Mariano (D. Maria I), após a sua falência (falência relativa, diga-se de passagem) em 1828, recebeu o título de Barão de Ubá não pelo topônimo da cidade de Ubá – que nem sequer existia – mas sim pela fazenda de mesmo nome que possuía na região de Vassouras aonde vai se estabelecer, tornando-se um dos maiores cafeicultores fluminenses. Apesar de negociante que atuava em vários negócios e ‘praças’ – Rio de Janeiro, São Pedro do Rio Grande, Lisboa – João Rodrigues Pereira de Almeida não possuía nenhuma relação de parentesco, aliança política ou matrimonial que o permitisse ser considerado como mineiro.⁵¹

Quanto aos demais nobres ‘estranhos’ a Minas com que a autora trabalha, poderíamos citar Pedro Ribeiro de Souza Rezende, o 2º Marquês de Valença (do Rio de Janeiro)⁵² ou o 1º e 2º Barões de Tinguá, respectivamente Pedro Correia e Castro e Francisco Pinto Duarte, também cafeicultores do Rio de Janeiro, ou ainda Ignácio da Cunha Menezes, o Visconde de Rio Vermelho, natural da Província da Bahia dentre outros.⁵³ Também o contrário ocorreu, ou seja, temos a indicação de alguns nobres que não são considerados como mineiros apesar de terem tido uma forte atuação na província.

⁴⁸ Idem, pp. 53-4.

⁴⁹ GAMA, Nicolau Antônio Valle da. **Minhas Memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985, cf. também CALMOM, Pedro. **Historias de Minas e “Memórias” de Nogueira da Gama**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985..

⁵⁰ GENOVES, Patrícia Falco. op. cit.(tese de doutorado), p. 429.

⁵¹ À respeito de João Rodrigues Pereira de Almeida cf. LENHARO, op. cit., p. 54; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1997. No tocante a José Rodrigues Pereira de Almeida cf. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755/1822)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (Tese de Doutorado).

⁵² Seu pai o 1º Marquês de Valença ou Estevão Ribeiro de Resende teve de fato uma origem e trajetória ligada à Minas Gerais, o filho por sua vez será cafeicultor na província do Rio de Janeiro, cf. SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999.

⁵³ BUENO, Cunha, op. cit.

Como exemplo temos o Visconde com grandeza de Assis Martins, título concedido a Ignácio Antonio de Assis Martins (1839-1903), que foi Juiz de Órfãos e Senador por Minas Gerais.

No tocante às concessões de títulos nobiliárquicos, já é consenso na historiografia especializada que a partir de 1880, D. Pedro II abusou da doação dos mesmos para grandes fazendeiros de várias regiões do país numa tentativa de reforçar uma base de apoio de um Império em crise.⁵⁴ Segundo Lília Moritz Schwarcz,

Curiosamente, no período de maior popularidade do imperador, a distribuição de concessões foi reduzida, tendo aumentado durante a sua progressiva decadência, o que parece indicar não apenas um uso privados dos títulos como uma manipulação política dos mesmos. Em épocas de crise a entrega de uma concessão ou de um novo título podia funcionar em dois sentidos: compensava descontentamentos, e ajudava a recuperar as finanças do Estado.⁵⁵

Desta forma, discordamos, em parte, da idéia de um *Espelho da Monarquia* como foi trabalhado por Genovês, de uma elite que só se identificava quando reconhecida pelo Império, mas sim, acreditamos que também o contrário; de um Estado que se achava em crise de *hegemonia* do projeto Saquarema e, que procurava desesperadamente se reconhecer nos novos setores dominantes em ascensão.⁵⁶ A recusa que alguns fazendeiros e/ou políticos em aceitar títulos de nobreza também pode ser indicativo desse processo como demonstrado por Lília Moritz.⁵⁷ Da mesma forma o *espelho da monarquia* não impediu que mesmo alguns republicanos tenham se tornado nobres em determinados momentos de sua trajetória como foi o caso de João Gualberto Martins da Costa, o Barão de São José da Lagoa, que já era republicano mesmo quando recebeu o título em 1889.⁵⁸

Corroborando com as idéias acima expostas, podemos perceber no Gráfico 1 abaixo que o número de titulações para Minas Gerais variou ao longo do oitocentos, crescendo muito ao final do Império onde, somente no ano de 1889 foram dados 32 títulos de nobreza, o maior número de concessões para a província em um único ano durante todo o período da pesquisa.

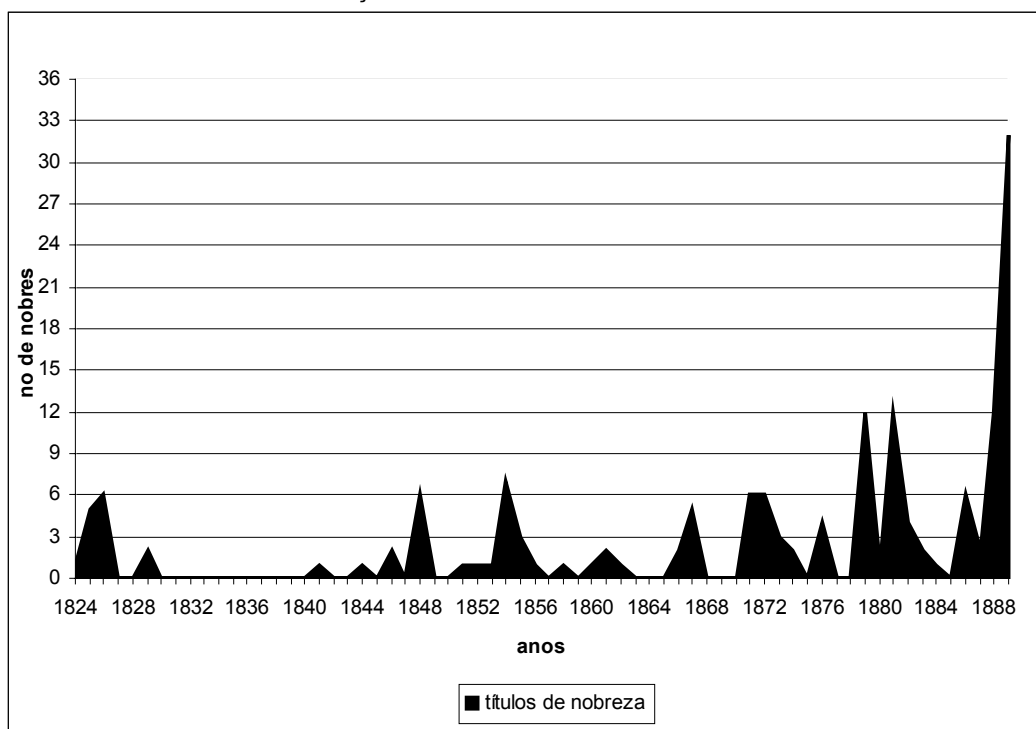
⁵⁴ Cf. STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

⁵⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz, op. cit, p. 175.

⁵⁶ SALES, Ricardo. **A Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 (caps IV e V).

⁵⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz, op. cit.

⁵⁸ VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemérides mineiras**. Ouro Preto: Ouro Preto. Imprensa Oficial, 1897 págs. 262

GRÁFICO I: TITULAÇÕES DOS NOBRES MINEIROS NO SÉCULO XIX⁵⁹

Na década de 1821/30 Minas Gerais recebeu 14 títulos de nobreza, já na década de 1831/40 nenhum título foi dado, pois o governo regencial foi impedido formalmente de tal prerrogativa. Com a antecipação da maioridade de D. Pedro II, na década seguinte (1841/50), Minas Gerais recebeu 10 títulos de nobreza; no período de 1851/60 esse número sobe para 16 caindo para 10 titulações na década de 60 (1861/70). As duas décadas finais do Império assistem a um crescimento ‘espetacular’, pois na década de 70 (1871/80) foram dadas 34 titulações e na última década (1881/89) 71 títulos, sendo que, como já dito, somente no ano de 1889 foram 32 pessoas agraciadas. Esses 155 títulos atingiram a 135 pessoas que tiveram sua origem, ou atuaram na província de Minas Gerais.

Não foram computados os títulos nobiliárquicos dados as Mulheres por razões expostas anteriormente, da mesma forma os nobres que nasceram em Minas Gerais, mas que cedo saíram da província – ou atuaram principalmente por outras regiões. Foram excluídos, também, àqueles que receberam mais de um título e, somente foi computado o mais alto. Entendemos que a nossa análise considerou a nobreza mineira do século XIX a partir das várias regiões da província, diferentemente de uma visão que tende a ver nessa nobreza um *continuum* onde um sentimento uniforme e mais ou menos acrítico de *mineridade* associada a relações parentais ou de compadrio dariam o tom. Optamos então para definir as regiões dos nobres mineiros_ Tabela 1_ a partir de suas origens e suas trajetórias de vida, e as relações familiares, pessoais, de compadrio ou *clientelares* não foram o foco de nossa atenção nesse momento, assim como as divisões partidárias e/ou ideológicas (conservadores, liberais, republicanos, etc), que foram abordadas de maneira ‘marginal’. Entendemos aqui que, ao contrário de vários estudos, a análise da nobreza por região de atuação é suficientemente eloqüente para permitir-nos algumas conclusões.

⁵⁹ Fontes: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, BUENO, Carlos Barata Cunha. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. Brasília, 2000, CUNHA, Rui Vieira da. **Figuras e fatos da nobreza brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975, CUNHA, Rui Vieira da. **O parlamento e a nobreza brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1979. RHEIGANTZ, Carlos G. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1960. SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999, TAUNAY, Affonso de E. **O Senado do Império**. São Paulo: Livraria Martins, 1941, **Revista do Arquivo Público Mineiro** (doravante **RAPM** – diversos números), também o site <http://geocities.yahoo.com.br/Kajafreitas/NobAZ.htm>; www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.

TABELA I: NOBRES ORIGINADOS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS E QUE TIVERAM A SUA ATUAÇÃO DEFINIDA DENTRO DA PROVÍNCIA PARA O PERÍODO DE 1824 – 1889.

Região de Minas	Barões	Viscondes	Condes	Marqueses	Total	Percentual
Oeste	2	1			3	2,22
Centro	30	12	1	6	49	36,30
Triângulo	6	1			7	5,18
Zona da Mata	31	3			34	25,18
Sul	24	3			27	20,00
Norte-leste	14	1			15	11,12
Total					135	100

Fonte: Gráfico I

A relação não-direta que estamos tentando estabelecer aqui entre *Economia* e *Política* implica necessariamente em discutirmos o *Espaço* das Minas Gerais. Conforme visto no capítulo anterior existem várias formas de se dividir o território da província, de acordo com os interesses do que se queira mostrar. Diversas divisões geográficas foram feitas, a partir de relatos dos viajantes, das divisões administrativas e das atividades econômicas desempenhadas em seus vários espaços ao longo do XIX. A nossa divisão das Minas Gerais em 6 regiões (incorporando a região Leste ao Norte) se inspira nos estudos de John Wirth para o início da República porque, sem deixar de correr o risco do anacronismo, julgamos a que melhor explica a construção de regiões como fruto de processos sociais.⁶⁰ Concordando ainda com Pierre Bourdieu, tais divisões nada mais são do que critérios objetivos de identidade.⁶¹

A despeito das críticas que a regionalização de Wirth sofreu por parte de historiadores mineiros,⁶² entendemos que a consistência de suas análises se deve à compreensão das diversas identidades surgidas (Centro, Norte-Leste, Mata, Sul, Triângulo e Oeste) como fruto de povoamentos *que foram sancionadas pelo costume*.⁶³ Isto significa dizer que em conjunto com as atividades econômicas surgiram relações sociais próprias que definiram relações políticas também específicas.

De qualquer maneira, é difícil definir as regiões de Minas Gerais a partir de uma única atividade econômica e, tomando como exemplo a questão da pecuária e da produção de alimentos voltadas para o mercado interno no XIX,

O complexo agropecuário escravista-mercantil voltado ao abastecimento interno abrangia extensas porções do território mineiro. A produção agropecuária das regiões **Sul**, **Norte** e **Oeste**, inclusive o **Alto Parnaíba** e o **Triângulo Mineiro**, supria a subsistência mineira e gerava excedentes para o mercado do centro-sul brasileiro, permitindo financiar as importações, inclusive de escravos. Áreas de outras províncias ocupadas por mineiros compartilhavam estas características, como o sul de Goiás e o noroeste paulista.⁶⁴

Dessa forma, praticamente nenhuma região mineira se definiria somente pela pecuária ou pela produção de alimentos, mas estas atividades estavam presentes em praticamente todas as regiões. O mesmo vale para as produções voltadas para a exportação, que também não podem ser definidas *a priori* uma região, ou:

Cada região tinha importantes setores voltados para a exportação: a extração de diamantes sustentava o Serro [**Norte**]; a produção de ouro ainda era significativa para as economias regionais em Ouro Preto e Rio das Velhas [**Centro**]; a exportação de tabaco era decisiva em Rio Verde e Baependy [**Sul**]; as atividades agropastoris estavam bastante concentradas no sul; a indústria têxtil era encontrada em quase toda a província. Não obstante, cada uma dessas regiões também tinha setores que comercializavam uma quantidade desconhecida de produtos dentro de Minas Gerais. O café era um setor cada vez mais importante na economia de exportação da província (especialmente depois de 1850), mas os níveis absolutos dos impostos

⁶⁰ Além de WIRTH, John, já citado, estamos nos apoiando nas idéias região como uma construção social vista em MATTOS, Ilmar Rohloff de, **O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

⁶¹ BOURDIEU, op. cit., p. 112.

⁶² Cf. à título de exemplo OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Tese de doutoramento, UFF, 1999.

⁶³ WIRTH, John, op. cit. p. 41 nota.

⁶⁴ RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. Dissertação de Mestrado, UNESP / Araraquara, 2006, p. 33 (grifos nossos).

da coletoria indicam padrões de desenvolvimento econômico semelhantes nos distritos do sudeste, sul e centro (...).⁶⁵

Seguindo essa ‘metodologia’, verificamos que a região Central concentrou a maior quantidade de nobres mineiros no XIX, com um total de 49 titulações ou 36,30% do total. Chamou a atenção ainda o fato de que somente na região central encontramos os graus mais altos da nobiliarquia como Condes (1) e Marqueses (6) além do maior número de Viscondes (12) do que todas as demais regiões somadas (9). De povoamento mais antigo, a região central mineradora teve um grande número de nobres desde as primeiras décadas do Império o que significa também dizer que contribuiu significativamente para a construção do Estado Imperial Brasileiro. Por ora, basta dizer que os maiores políticos mineiros do Império tiveram sua origem no *centro* da província.

A economia dessa região estava longe de ser decadente ou estagnada, e a manutenção da atividade mineradora – inclusive com a presença de capital estrangeiro – associada a importantes atividades comerciais e ainda uma expressiva diversificação agrícola, manteve essa região com uma participação significativa na economia mineira do XIX.⁶⁶

Voltando nossa atenção para as demais regiões da província vemos que a Zona da Mata mineira teve 34 (ou 25,18%) dos títulos de nobreza para Minas Gerais no século XIX, entretanto, como destacaremos será mais à frente, a atuação política dos mesmos foi limitada principalmente a nível local. A maioria destes nobres da Mata eram barões que atuaram como Oficiais da Guarda Nacional, Vereadores, Delegados, etc. A temporalidade no caso dessas nomeações foi extremamente importante porque demonstra parte das *assimetrias* que estamos tentando buscar. Dessa forma, a despeito da solicitação que fez Guido Thomas Marlière em 1826 do título de Barão de Rio Verde, como recompensa de todos os seus esforços para a pacificação e colonização da região da Mata Central, Marlière não conseguiu o referido título, tendo recebido apenas o grau de oficial da Ordem da Rosa.⁶⁷

O primeiro nobre nomeado na Mata mineira foi Custódio Ferreira Leite Ribeiro, o Barão de Airuoca. Tendo recebido o título em virtude do caminho que abriu entre a Zona da Mata mineira e o Porto Novo do Cunha (hoje no atual município de Além Paraíba que faz divisa com o Rio de Janeiro), sua nomeação **ocorreu em 1855**, quase 3 décadas depois da solicitação de Marlière, sendo justamente nesse período que assistimos ao grande crescimento da produção de café na Mata mineira.⁶⁸ Os nobres da Mata mineira, portanto, se diferenciaram bastante em suas trajetórias de vida, sendo que tendemos a concordar com a análise de Sérgio Buarque de Holanda acerca do 2º reinado quando disse que: *Por outro lado não é menos certo que os barões do café, com umas poucas exceções se hão de notabilizar muito mais pelos títulos ganhos do que pelo exercício, mesmo indireto, do poder.*⁶⁹

O Sul de Minas se configura como a 3ª região com maior número de nobres, 27 ou 20% do total, demonstrando uma situação intermediária entre o centro e a mata. De povoamento mais antigo que esta última, o Sul esteve diretamente ligado ao processo de construção do Estado Brasileiro conforme destacou Alcir Lenharo.⁷⁰ Seus primeiros nobres foram nomeados na década de 1840, principalmente a partir de 1848, com a ascensão do Gabinete Conservador do mesmo ano, e vários deles tiveram uma trajetória política bastante expressiva como José Idelfonso de Souza Ramos, o Visconde de Jaguari, que foi Senador, Ministro e Conselheiro de Estado. Ao mesmo tempo a região do Sul de Minas se vinculou a expansão cafeeira ocorrida na 2ª metade do XIX, e da mesma forma da

⁶⁵ BERGAD, Laird. **Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720 – 1880**. Tradução de Baetriz Sidou, Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 105 – 106.

⁶⁶ Cf. sobre a economia mineira e, principalmente da região central no XIX os trabalhos de LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988, PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. **Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX**. In: **X Seminário sobre a Economia Mineira**, CEDEPLAR / UFMG, Diamantina, 2005 (ANAIS) e BERGAD, Laird, op. cit.

⁶⁷ **Guido Thomas Marlière**. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro** (doravante **RAPM**) vol 10, ano 1905, mês jul. / dez. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Belo Horizonte.

⁶⁸ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

⁶⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Sobre uma doença infantil da Historiografia** In: **O Estado de São Paulo – Suplemento Literário**, 24/06/1973.

⁷⁰ LENHARO, op. cit. Cf. também ODILA, op.cit.

Zona da Mata, muitos dos seus *barões do café* foram notáveis mais pelas fortunas do que pela atuação política.

A expansão da cafeicultura pela região Sul, coexistiu com diversas atividades ligadas a uma atividade mercantil de subsistência, em conjunto com um importante setor de produção de fumo. Semelhante a Mata mineira, o Sul foi portador de identidades distintas.⁷¹

Das demais regiões mineiras somente a antiga zona de mineração de diamantes ou o Norte teve uma expressão maior no *mercado*, ou na *política de títulos*, contando com 15 nobres ou 11,12% do total da província. Desses nobres somente o Visconde com grandeza de Serro Frio, Antonio Cândido da Cruz Machado, teve uma trajetória política mais importante no cenário nacional, pois foi deputado pela Província de Minas em várias legislaturas, presidiu ainda as Províncias de Goiás em 1854, Maranhão em 1855 e Bahia em 1873. Foi ainda senador nomeado em 1874 sendo que já tinha atuado junto ao ministério do Visconde de Rio Branco na promulgação da lei do ventre-livre dado as suas convicções abolicionistas.⁷² Também da região Norte, Teófilo Benedito Otoni que apesar de não ser nobre e assumidamente republicano teve uma trajetória bastante expressiva no 2º reinado, como político (chegando a senador) além de ter se envolvido em diversos empreendimentos empresariais.⁷³

As demais regiões mineiras, Leste, Oeste e Triângulo tiveram um papel bem pouco expressivo, tanto do ponto de vista político quanto econômico para as Minas Gerais no período. Para Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, a região que aqui chamamos de *Leste* poderia ser, grosso modo, dividida em *Mineradora Central Leste* e também em *Sertão do Rio Doce (...)* *Também existiam regiões praticamente desocupadas ou com ocupação exclusivamente indígena, como o Sertão do Rio Doce e o Extremo Noroeste.*⁷⁴ Dito de uma outra forma, grande parte da região Leste das Minas Gerais somente iniciou a sua colonização em meados do século XIX, e se vinculou principalmente aos grandes proprietários da região norte que passaram a conquistar suas terras. Optamos então por considerar essa região como vinculada à região Norte entre outros motivos porque não identificamos nobres que teriam tido sua origem e atuação nesta região.

Da mesma forma, se pensarmos em critérios expressamente administrativos da época, ou das atividades econômicas vemos que o Triângulo e o Oeste poderiam ser considerados como uma mesma região, ou nas palavras de Laird Bergad:

Na vasta comarca de Paracatu, que abrangia o extremo oeste do Triângulo Mineiro e a região noroeste da província, diversas atividades sustentavam a vida econômica. Em Araxá, o gado bovino, cavalos, ovelhas e porcos eram criados em grandes fazendas; o milho, a mandioca, a mamona e o cultivo do tabaco em pequena escala eram as principais atividades agrícolas. Em todos os lugares havia os mesmos animais e as mesmas colheitas; em Desemboque o trigo e o café eram cultivados em pequena escala. Rapadura e cachaça eram produzidas em pequenos engenhos e exportadas para outras regiões de Minas, ao longo dos rios Paracatu e São Francisco.⁷⁵

O Triângulo, realmente, só passou oficialmente a fazer parte das Minas Gerais quando foi anexado à Comarca de Paracatu em 1816,⁷⁶ pois, até então, esta região estava muito mais ligada à São Paulo e Goiás por onde passavam extensos rebanhos em direção ao Sul de Minas, Rio de Janeiro e a região central.⁷⁷ O próprio desenvolvimento da região tinha se dado a partir da mineração em Goiás e Mato Grosso desde a 2ª metade do XVIII. Foi o desenvolvimento de caminhos para essas minas que

⁷¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia - Rio de Janeiro, c.1790-c.1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 151.

⁷² VEIGA, Xavier, op. cit.

⁷³ Otoni, Carlos. Theophilo Benedicto Otoni: memória biographica lida no Instituto Historico e Geographico Mineiro e publicada em comemoração do 1º centenario do nascimento do grande cidadão: 1807 – 1907 In: **RAPM**. vol 12, 1907, Belo Horizonte: imprensa oficial de MG.

⁷⁴ cf. PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães, op. cit.

⁷⁵ BERGARD, Laird, op. cit, p. 87.

⁷⁶ IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais In: **História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, Tomo II, Volume 2, pp. 372-374.

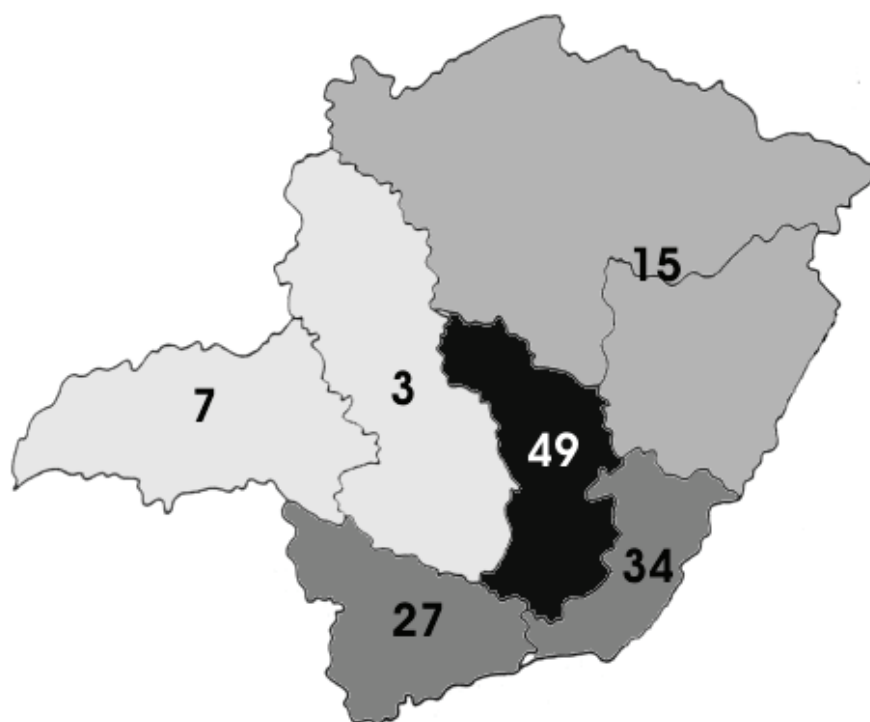
⁷⁷ RESTITUTTI, Cristiano Corte, op. cit. p. 183.

permitiram algum tipo de ocupação para a região. Estimulando ainda as atividades criatórias, de invernada (para descanso do gado) e ligados ao abastecimento do comércio interno. Seus 07 nobres indicam a importância que o comércio e o abastecimento da região centro-sul do país teve para o século XIX, e podemos destacar Joaquim Antonio de Souza Rabello, o Barão de Patrocínio, que além de Tenente-Coronel da Guarda Nacional foi grande criador de gado na região do Triângulo.⁷⁸

Embora a região Oeste tenha tido um povoamento reduzido no oitocentos e se assemelhasse definitivamente ao Triângulo, entendemos aqui o Oeste como zona diferenciada, pois sua colonização se deu a partir das áreas centrais e de uma pequena atividade mineradora ainda no XVIII.⁷⁹

No mapa 1 abaixo podemos perceber de maneira mais clara o rateio do *Mercado e da Política de Títulos* que ocorreu nas várias regiões das Minas, reforçando a idéia de uma maior capacidade da antiga região central na disputa pelos títulos de nobreza. Discordamos assim da análise de John Wirth, quando este afirmou que *O Centro perdeu terreno para a zona da Mata e o Sul em todo o decorrer do século XIX.*⁸⁰ Ao contrário, acreditamos que a região central conseguiu manter grande parte de sua antiga hegemonia agora não somente associada ao crescimento econômico, mas também à ocupação de cargos de grande densidade política.

MAPA 1: NOBRES MINEIROS TITULADOS NO IMPÉRIO (POR REGIÃO)



Fonte: Gráfico I

Podemos entender também que a região Central não sofreu uma diminuição no número de titulações ao longo do período e, ao contrário, o número de nobres nomeados que tinham suas bases no 'centro' continuou relativamente constante durante todo o XIX_ Gráfico II_, assim como a importância política destes se manteve a mesma. Somente como comparação inicial da atuação política, os nobres da região Sul e Central de Minas Gerais tiveram uma *densidade* política muito maior do que os das outras regiões. Mesmo se consideramos que a região central de Minas Gerais era de povoamento mais antigo e, portanto com nobres desde o início do XIX, percebemos que políticos

⁷⁸ VEIGA, Xavier da, op. cit.

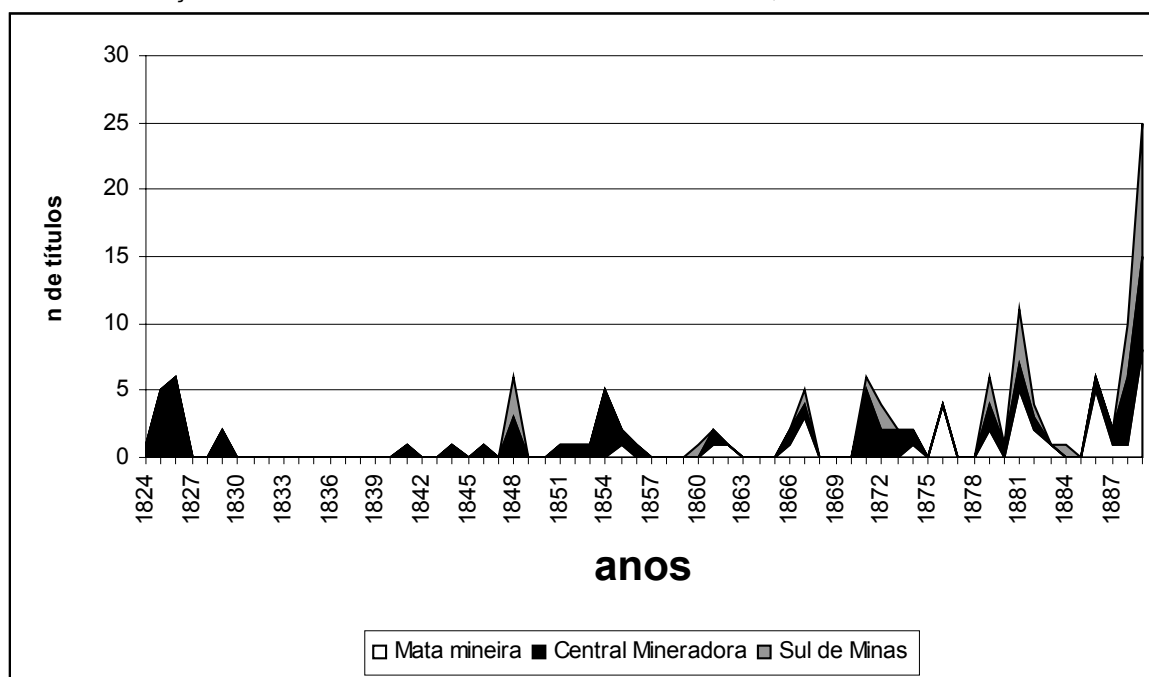
⁷⁹ PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães, op. cit.

⁸⁰ WIRTH, John, op. cit, p. 43.

como José Rodrigues de Lima Duarte, Visconde com Grandeza de Lima Duarte, título esse concedido em 1889, tiveram uma trajetória muito mais expressiva na política imperial. O referido Visconde, além de ter se formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi deputado Provincial em Minas Gerais de 1854 a 1860, e deputado Geral de 1861 a 1868 e de 1877 a 1881 – respectivamente nas 11^a, 12^a, 16^a e 17^a legislaturas. Nomeado Senador pela Província de MG em 1884, foi Ministro da Marinha no 28º Gabinete Saraiva de 28 de março de 1880, superintendente Geral da Imigração na Província de Minas Gerais em 1892, além de Conselheiro do Conselho de Sua Majestade.

Na Zona da Mata mineira destacamos Marcelino de Brito Ferreira de Andrade, o Barão e Visconde de Monte Mário, cujo último título também foi concedido em 1889. Fazendeiro de café em Juiz de Fora e Coronel da Guarda Nacional, o referido visconde foi presidente da primeira diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, do qual se exonerou em 1892. Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora (1884 – 1890), também foi Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1887 – 1890). Apesar da grande importância que o visconde de Monte-Mário teve para a região, sua atuação ficou limitada no nível local, muito embora tivesse articulação com o sistema financeiro do Império, o que permitiu a implementação e expansão do Banco de Crédito Real em 1889.

GRÁFICO II: TITULAÇÕES DOS NOBRES MINEIROS – REGIÃO CENTRAL, MATA MINEIRA E SUL NO SÉCULO XIX



Fonte: Gráfico I

Durante o Império, para demonstrarmos como se dava o ‘rateio’ do poder nas várias regiões de Minas Gerais, optamos por fazer uma análise da participação na política imperial dos nobres mineiros. Para tanto, faz-se necessário um estudo, mesmo que sumário, da estrutura de poder do Estado Brasileiro no século XIX criando hierarquias de atuação política e/ou institucional. Os critérios estabelecidos levarão em conta os cargos públicos (eletivos ou indicados pelo Imperador e seus Conselhos) ocupados pelos nobres mineiros no período, levando-se em conta que:

Havia uma razoável indiferenciação de esferas de influência e de focos de poder para permitir-nos utilizar, sem muito receio de errar além do tolerável, o critério das posições formais para definir a elite política real. É razoável supor que as decisões da política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do Imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados.⁸¹

⁸¹ CARVALHO, José Murilo op cit. p. 51

Segundo José Murilo a hierarquia do Estado Brasileiro durante o 2º Reinado era constituída por um *primeiro escalão* formado pelo *Conselho de Estado; Ministros; Senadores e Deputados*. No *segundo escalão* teríamos o grupo formado pelos *Presidentes de Província; Diretores e Chefes de Seção*. O próprio autor ressalva ainda que as demais hierarquias ‘públicas’, como Exército, Marinha, Cargos Eclesiásticos e Justiça seriam importantes em estudos específicos ou de caráter local.⁸²

Dado os limites deste artigo, vamos limitar nossas análises aos cargos do *primeiro escalão*, sendo que somente iremos analisar *Conselheiros, Ministros e Senadores* por acreditarmos que nossa tese já estará suficientemente demonstrada. Há que se considerar ainda que entendemos aqui que a influência política ‘transbordava’ para além do exercício de *posições formais de poder*, o caso do Visconde de Monte Mário já comentado acima, ou de Mariano Procópio Ferreira Lage criador da Companhia União & Indústria em 1861 e, posteriormente diretor da Ferrovia D. Pedro II são emblemáticos nesse sentido. Vários dos agentes envolvidos também na criação do Banco Territorial Mercantil de Minas (BTMM) e do Banco de Crédito Real ambos no final do século XIX, expressam esta relação *não direta* com o poder formal conforme veremos mais à frente. Estes casos podem ser assinalados de forma pontual, de qualquer maneira, procuraremos analisar aqui essa influência a partir de uma hierarquia do uso do poder político tendo como base a trajetória destes agentes *dentro* do Estado.

Ampliando a discussão proposta por José Murilo de Carvalho, podemos entender que da hierarquia proposta o **Conselho de Estado** efetivamente constituía-se no *depositório dos antigos segredos de Estado, da velha arte de governar*.⁸³ Criado inicialmente como **Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil** em 16 de fevereiro de 1822, foi dissolvido em 1823 por existir certa confusão entre a sua função de representar os interesses do monarca ou o das províncias.⁸⁴ Deu lugar em 13 de novembro de 1823 ao **Conselho de Estado** que foi extinguido em 1834 pelo Ato Adicional de 12 de Agosto e somente recriado em 1841/42. Esse Conselho se estende até a proclamação da república, sendo normalmente chamado de **Terceiro Conselho de Estado**.⁸⁵

Segundo Maria Fernanda Vieira Martins do total de 72 conselheiros que atuaram de 1842 até a dissolução do Conselho em 1889, 11 ou 15,27% dos indivíduos tinham nascido e/ou possuíam fortes laços pessoais com a Província de Minas Gerais. Isto coloca Minas Gerais como a 3ª província com o maior número de representantes do Império, atrás apenas do Rio de Janeiro, com 27 membros ou 37,50% e da Bahia com 13 conselheiros ou 18,05% dos membros no Conselho de Estado.⁸⁶ José Murilo de Carvalho reafirma a importância do Conselho de Estado quando diz que *Quase todos os conselheiros foram também ministros e senadores*.⁸⁷ Para Minas Gerais 13 dos conselheiros de Estado durante *todo* o Império também foram nobres (e não apenas para o 2º reinado como trabalha Maria Fernanda), conforme se observa no quadro II reforçando a importância que os títulos de nobreza possuíam para a política imperial e provincial como um todo.⁸⁸

O Conselho de Estado tinha uma importância crucial para analisar casos específicos, aconselhar o imperador e propor diretrizes à atuação política do Estado. A Companhia União & Indústria que foi fundamental para a expansão da cafeicultura pela Zona da Mata mineira a partir de 1861 irá recorrer ao Conselho de Estado em 1868 quando da construção da Ferrovia D. Pedro II que prejudicou os

⁸² Idem, p. 56

⁸³ Joaquim Nabuco citado por TAPAJÓS, op. cit., p. 139

⁸⁴ Idem, pp. 129 – 130.

⁸⁵ Cf. TAVARES, Augusto de Lyra. **Instituições Políticas do Império**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1978 também TPAJÓS, V. op. cit e o Senado Federal

http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp

⁸⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Tese de doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS. 2005, p. 100 quadro 2. A autora organiza os dados dos conselheiros a partir do local de nascimento e da área de atuação, dessa forma, 13 conselheiros teria nascido em Minas Gerais, entretanto, 3 teriam tido a sua atuação notadamente na província do Rio de Janeiro, soma-se, no entanto, 01 conselheiro, apesar de ter nascido em Portugal, teve sua atuação na província mineira, totalizando 11 conselheiros.

⁸⁷ CARVALHO, J.M. op. cit. p. 58.

⁸⁸ Temos que para o Conselho de Estado durante o 1º reinado 05 conselheiros eram mineiros.

interesses da Companhia. Os pareceres exarados do Conselho de Estado (bem como as discussões na Câmara dos Deputados) serão fundamentais para a compreensão destes procedimentos.

Analisando os membros do Conselho de Estado não encontramos a participação de nenhum político da Zona da Mata mineira, mesmo entre os representantes que não foram agraciados com títulos de nobreza – Quadro II Mapa 2. Conforme o referido quadro, e como já foi dito, dos onze mineiros com assento no Conselho de Estado durante o 2º reinado, oito eram nobres. Entre os 3 restantes temos Bernardo Pereira e Vasconcellos da região central (nasceu em Ouro Preto em 1795). Formado em Coimbra, Bernardo Pereira foi de liberal moderado e defensor de uma monarquia constitucional, com destacada atuação na criação do Código Criminal, até uma das lideranças do movimento regressista e do Partido Conservador, associando a regência com a desordem. Bernardo Pereira de Vasconcelos foi ainda o idealizador do Colégio Pedro II em 1838, ano esse em que foi escolhido senador e que passou a pertencer ao Conselho de Estado em 1842.⁸⁹

José Pedro Dias de Carvalho, também do centro (nasceu em Mariana em 1808), foi deputado provincial, deputado geral, vice-presidente de província, presidente do Banco do Brasil, ministro da Fazenda, conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil a partir de 1858. Por último temos Lafayette Rodrigues Pereira (nascido em 1834 no distrito de Nossa Senhora da Conceição atual Conselheiro Lafayette) também da região central, advogado, proprietário rural e político, foi nomeado senador em 1879, já havia atuado como Ministro da Justiça no Gabinete de Sinimbu e, em 1883, chefiou o Gabinete durante 01 ano em que a política foi dominada pela questão militar

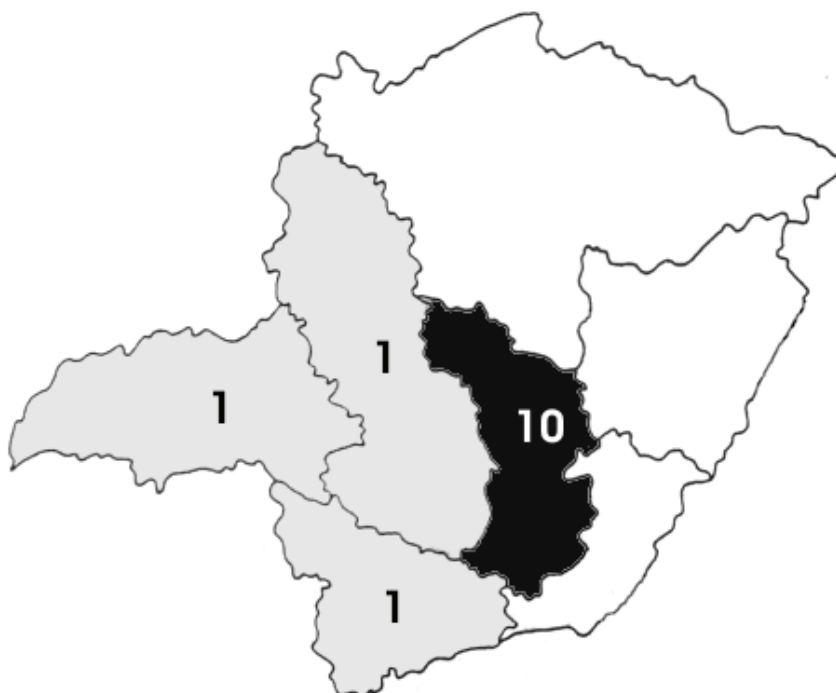
QUADRO II: NOBRES MINEIROS NOMEADOS PARA O CONSELHO DE ESTADO (C.E.) NO IMPÉRIO (POR REGIÃO)

Região	Nome	Nomeação C.E.
Central	Nicolau Antonio Nogueira Valle da Gama (visconde de Nogueira da Gama)	1823
Central	João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz)	1824
Central	João Gomes da Silveira Mendonça (visconde de Fanado e Marques de Sabará)	1824
Central	Estevão Ribeiro de Rezende (marquês de Valença)	1827
Central	Cândido José de Araújo Vianna (marquês de Sapucaí)	1839
Central	José Rodrigues de Lima Duarte (Visconde com grandeza de Lima Duarte)	1842
Central	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	1842
Central	Affonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro preto)	1879
Central	José Cesário de Miranda Ribeiro (visconde de Uberaba)	1844
Central	Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi)	1823
Oeste	Antonio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté)	1847
Sul	José Ildefonso de Souza Ramos (visconde de Jaraguari)	1853
Triângulo	Domiciano Leite Ribeiro (visconde de Araxá)	1866

Fonte: Gráfico I

⁸⁹ A respeito da trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcelos conferir a Introdução do livro organizado por José Murilo de Carvalho. Cf. CARVALHO, José Murilo (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1994, pp. 9-34. Sobre a nomeação para o Conselho de Estado cf. OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo monárquico no Brasil do Século XIX. **Almanack Braziliense**. Número 5, maio 07, São Paulo: IEB-USP p. 18 Tabela.

MAPA 2: NOBRES MINEIROS NOMEADOS PARA O CONSELHO DE ESTADO (C.E.) NO IMPÉRIO (POR REGIÃO)



Fonte: Gráfico I

Podemos perceber ainda que a imensa maioria dos membros do Conselho de Estado foram também nomeados senadores praticamente ao mesmo tempo em que assumiram o Conselho. Somente Nicolau Antonio Nogueira Valle da Gama, o visconde de Nogueira da Gama não foi senador por Minas Gerais, tendo sido nomeado para o Conselho em 1823, e sua trajetória foi muito mais próxima ao *paço imperial* do que *política do Império* tendo sido Gentil-Homem da Imperial Câmara, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial do Conselho de Sua Majestade, Grande do Império, Mordomo-Mór, Guarda Roupas e Porteiro da Imperial Câmara.⁹⁰

Esta associação entre Conselho de Estado e Senado Imperial tem sido notada pela historiografia para várias províncias e, podemos citar como exemplos, Clemente Ferreira França, o Barão de Nazaré, que nasceu na Bahia e foi nomeado para o Conselho de Estado em 1823 e senador em 1826, o Visconde com grandeza de Niterói, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, desembargador, nomeado senador em 1869 e Conselheiro do Império em 1870⁹¹ e o Visconde com grandeza, depois Marquês de Inhambupe, Antonio Luiz Pereira da Cunha, nomeado senador em 1826 e membro do Conselho de Estado desde 1823.⁹²

Quanto aos **Ministros de Estado** percebemos que estes se constituíram em um poderoso grupo de ‘agentes do Executivo’ responsáveis por levar a cabo a política imperial.⁹³ Durante o 1º reinado eram 05 ministros nomeados diretamente pelo Imperador, e que compunham o gabinete: 1º do Império e Assuntos Estrangeiros; 2º da Justiça; 3º da Fazenda; 4º da Guerra e 5º da Marinha. Com o decreto nº. 523, de 20 de julho de 1847, foi criada presidência do Conselho de Ministros, e o número de ministros passou a 6, sendo o presidente ou chefe de gabinete faria às vezes de 1º ministro, e passaria a nomear os demais. Para Vicente Tapajós, com certo exagero, ocorreu a implantação do *Parlamentarismo no*

⁹⁰ Foi ainda deputado geral pela província de Minas Gerais entre 1843 – 44, após a repressão a Revolução de 1842.

⁹¹ Seu irmão, João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, o Visconde de Sabará, foi desembargador do Tribunal do Comércio e, depois, ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Cf. ALVISI, Edson. **Magistrados e Negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio (1850-1875)**. Tese de Doutorado (em História). Niterói, UFF/PPGH, 2007.

⁹² Cf. MARTINS, Maria Fernanda Vieira, op. cit.; OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales, op. cit.

⁹³ OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales, op. cit., p. 57.

Brasil.⁹⁴ Em 1861 foi criada a 7ª pasta com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que perdurou até a queda do Império. A província de Minas Gerais teve pelo menos 11 nobres que foram ministros em diversas legislaturas desde o início do Império em 1822. A indicação para Ministro demonstrava uma maior articulação política com os partidos do período, apesar da indicação ter de ser ‘consentida’ pelo Imperador. Os partidos políticos tinham grande parte da responsabilidade pela indicação, e no quadro III podemos observar que a grande maioria dos ministros eram oriundos da região central, sendo que a Zona da Mata mineira não indicou nenhum membro do ministério (tanto entre os nobres como os não nobres).

QUADRO III: NOBRES MINEIROS NOMEADOS PARA MINISTROS NO IMPÉRIO (POR REGIÃO)

Ministro		
Região	Nome	Ministro
Central	Dr. José Rodrigues de Lima Duarte (Visconde de Lima Duarte)	1 vez
Central	João Severiano Maciel da Costa (Marques de Queluz)	1 vez
Central	João Gomes da Silveira Mendonça (Marques de Sabará)	1 vez
Central	Afonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro preto)	2 vezes
Central	Estevão Ribeiro de Rezende (conde de Valença)	2 vezes
Central	Manuel Jacinto Nogueira da Gama (Marquês Baependi)	3 vezes
Central	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	3 vezes
Central	Cândido José de Araújo Vianna (marques de Sapucaí)	3 vezes
Oeste	Antonio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté)	12 vezes
Sul	José Ildefonso de Souza Ramos (visconde de Jaraguari)	3 vezes
Triângulo	Domiciano Leite Ribeiro (visconde de Araxá)	1 vez

Fonte: Gráfico I e Anexo

MAPA 3: NOBRES MINEIROS NOMEADOS PARA MINISTROS NO IMPÉRIO (POR REGIÃO)



Fonte: Gráfico I e Anexo

Entre os nobres originários de Minas Gerais que possuíram uma trajetória *nacional* e *internacional* como políticos, destaca-se Antonio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté. Nascido em Portugal no ano de 1798 e tendo chegado ao Brasil, pouco tempo depois da transmigração

⁹⁴ TAPAJÓS, op. cit., p. 105

da família real, estudou direito na Universidade de Coimbra (1815 – 20). Retornando ao Brasil, foi nomeado *Juiz de Fora* e, depois, ouvidor interino da Vila de São João Del Rey entre 1821 até 1823. Nesse mesmo ano foi nomeado ouvidor na vila de Paracatu onde acabou se casando com Luísa Carneiro de Mendonça, nascida na mesma vila e filha do tenente-coronel de Milícias João José Carneiro de Mendonça, fazendeiro e comerciante na região oeste de Minas Gerais e que depois mudou-se para a região de Sumidouro na província do Rio de Janeiro.⁹⁵

O Visconde de Abaeté foi ministro 12 vezes entre o período de 1835, quando chefiou a pasta de negócios do Império, ainda durante a Regência de Feijó, até 1858 quando foi presidente do Conselho de Ministros. Em sua trajetória Antonio Paulino limpo de Abreu chefiou as pastas da Justiça, dos Assuntos Estrangeiros, da Marinha e da Fazenda e foi ainda presidente do Senado por 12 anos, entre 1861 até 1873. Presidente da província de Minas Gerais entre 1833 e 1835 com a missão de ‘acalmar os ânimos’ do movimento de 1833, atuou como enviado plenipotenciário em missão no Uruguai em 1855 e na Argentina em 1856, *além de agraciado com outras comendas, como a de Dignatário da Ordem de Cristo e do cargo de Gentil-Homem da Casa Imperial*.⁹⁶

Em nossa pesquisa colocamos o Visconde de Abaeté como sendo oriundo da região Oeste, dado ao topônimo associado de seu título (o arraial de Abaeté fundado em 1840 e elevada a condição de vila em 1870), e onde também exerceu o cargo público de ouvidor em Paracatu e ao seu casamento com uma ‘filha da terra’. Entretanto, definir a sua origem ou área de atuação é bastante problemático. De acordo com uma das suas biografias, suas ligações com Minas Gerais foram demais evidentes, pois

Minas Gerais foi a província do Império que o escolheu para representá-la na assembléia geral legislativa. Eleito pela primeira vez em 1824, foi reeleito até a legislatura de 1843 que foi dissolvida em 1844, e em que não foi considerado por se achar fora do Império em virtude do movimento revolucionário que em 1842 teve lugar nas províncias de Minas e São Paulo; daí por diante foi sempre eleito até o ano de 1847 quando entrou para o Senado.⁹⁷

Apesar da participação no movimento de 1842 que o levou ao exílio em Portugal, retornando em 1843, o Visconde de Abaeté se ‘reconciliou’ rapidamente com o Império e com os mineiros, pois foi eleito mais uma vez deputado e, posteriormente, foi nomeado senador (também por Minas) em 1847, sucedendo o Marques de Baependi, que tinha falecido. Dessa forma, suas ligações políticas transcendiam em muito o universo da comarca de Paracatu, e sua trajetória nos mostra a dificuldade de tentar fechar uma definição sobre origens e pertencimento às regiões ou províncias do Império do Brasil.

O **Senado do Império** era outra instância que tinha uma grande importância para a política nacional e para a própria reprodução do *status* e da ordem imperial. Diversos autores já chamaram atenção para a importância do cargo que *representava o coroamento de carreira brilhante. Para galgá-lo necessário certa experiência política, certa maturidade nas manhas dos partidos, nas dificuldades de administração e governo*.⁹⁸ A respeito do cargo, Machado de Assis, responsável pela cobertura das sessões no Diário do Rio de Janeiro, numa crônica de novembro de 1861, ironizava: *É tão bom ter uma cadeira no Senado! A gente faz o seu testamento, e ocupa o resto do tempo em precauções higiênicas, a bem de dilatar a vida e gozar por mais tempo das honrarias inerentes ao posto de príncipe do Império*.⁹⁹

⁹⁵ SISSON, A. S. op. cit, p. 55 – 63 cf. ainda o Anexo.

⁹⁶ GENOVÊS, Patrícia Falco, op. cit. (tese de doutorado) p. 214. Lemos ainda em Sisson sobre o governo do Visconde: “Tendo no ano de 1833 rebentado na capital de Minas Gerais um movimento sedicioso, que obrigou o presidente a mudar para outro lugar a sede do governo, e achando-se a província em um grau extraordinário de agitação, e a capital constantemente ameaçada, foi o Sr. Limpo de Abreu nomeado presidente daquela província, e seguiu para ali em fins daquele mesmo ano. Suas maneiras e suas qualidades o fizeram logo estimado e respeitado dos mineiros, e ele, prevalecendo-se dessas boas disposições, logrou, sem derramar uma gota de sangue, pacificar a província, depois do que instou por sua demissão, que obteve em 1835”, SISSON, op. cit, p. 61

⁹⁷ Idem, p. 60.

⁹⁸ Pandiá Calogeras. *Apud*: TAPAJÓS, op. cit., p.151.

⁹⁹ FRANCO, Bernardo Mello. A casa do compadrio. **História**. *Jornal O Globo*, sábado, 8 de setembro, p. 30.

Dos 233 senadores do Império,¹⁰⁰ 101 (ou 43,34% do total) foram nobres das várias províncias do país. A província de Minas Gerais possuía 18 desses senadores com títulos de nobreza (ou 17,82% dos senadores nobres) e 44 no total de senadores, ou seja, 18,88% do total, de longe a província com maior representação do país. Entre os senadores mineiros, os dezoito nobres correspondiam a 40,90% do total de senadores pela província. A representação do Senado não se dava por sub-regiões dentro das províncias mas tão somente por eleições e indicações elaboradas a partir de listas tríplexes e, neste sentido, eram bastante relevantes como indicativos do ‘rateio’ do poder realizado pelo Imperador e da expressão dos grupos de poder local.

Entre os dezoito nobres mineiros que foram indicados senadores – Quadro IV e Mapa 4 – dez eram originários da região Central (55,55% do total de senadores com nobreza ou 22,72% do total de senadores); dois da região Norte-leste (11,11% e 4,45% respectivamente); dois da região Oeste; dois da Mata mineira; um do Sul da Província e um do Triângulo (5,55% e 2,27% cada). Desta forma, a Zona da Mata mineira teve somente dois senadores e, mesmo assim, nos últimos anos do Império. O primeiro foi José de Resende Monteiro, o Barão de Leopoldina, que foi nomeado em 1887 e não chegou a participar de nenhuma sessão do senado, pois passou mal no início da primeira, sendo retirado e vindo a falecer pouco depois.¹⁰¹ O segundo senador foi José Joaquim Monteiro da Silva, o Barão de Santa Helena, nomeado em 1887 e que não chegou a apresentar nenhuma proposta ou projeto de lei no Senado. É sintomático que os nobres da Mata mineira tenham somente alcançado o senado ao final do Império; exatamente quando a região atingia seu auge do ponto de vista econômico e suas articulações políticas começavam a se consolidar dentro da lógica do sistema imperial.

Este também foi o caso de outros políticos e proprietários de terras da Mata mineira que, mesmo não sendo nobres conseguiram chegar próximos do Senado, Um deles foi Carlos Peixoto de Melo Filho, que nomeado para o Senado em 1889, não chegou a tomar posse por causa da proclamação da República. Natural do Serro, na região Norte, o advogado formado em São Paulo, mudou-se para Ubá em meados do XIX. Carlos Peixoto teve uma trajetória ‘crescente’ na carreira política, começando como vereador, agente executivo, deputado provincial e geral até 1889, quando foi nomeado Senador. Desempenhou um importante papel durante a República Velha, sendo deputado federal, líder dos deputados mineiros, presidente da Câmara, além de amigo de João Pinheiro. Faleceu em 1917.¹⁰² Outro político da Mata mineira emblemático neste sentido foi o já citado José Cesário de Faria Alvim, cafeicultor também em Ubá. Apesar de um dos líderes do partido liberal e de ter sido deputado provincial em duas legislaturas (1864 – 1867), deputado geral por quatro vezes (1867 – 1881 e 1886 – 1889), e ainda presidente da província do Rio de Janeiro entre 1884 e 1886, foi recusado 6 vezes na indicação para o Senado. Nomeado como presidente do Estado de Minas Gerais em 1889, somente irá para o senado em 1890. Político em ascensão ainda no Império será somente com a proclamação da República que irá conseguir atingir a ‘maturidade’.¹⁰³

¹⁰⁰ Taunay aponta para o número de 235 senadores, Vicente de Tapajós indica 234.

¹⁰¹ VEIGA, op. cit.

¹⁰² TAUNAY, Affonso, op. cit. o coloca como engenheiro, mas VEIGA, op. cit confirma que foi advogado formado por São Paulo.

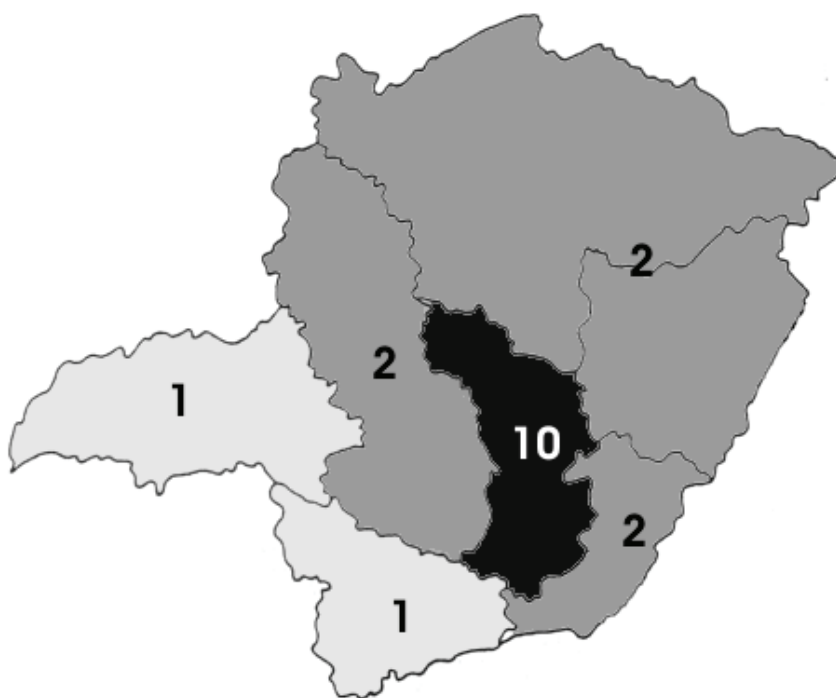
¹⁰³ Para a trajetória e cargos ocupados por Cesário Alvim cf. Wirth, John, op. cit., CARRARA, Ângelo e RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: o Novo PRM (1889-1906)**. Tese de Livre Docência, UFMG, 1977.

QUADRO IV: NOBRES MINEIROS NOMEADOS SENADORES NO IMPÉRIO (POR REGIÃO)

Senado		
Região	Nome	Nomeação
Central	João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz)	1824
Central	João Gomes da Silveira Mendonça (visconde de Fanado e Marques de Sabará)	1824
Central	Estevão Ribeiro de Rezende (marquês de Valença)	1827
Central	Manuel Ignacio de Mello e Souza (Barão com grandeza do Pontal)	1836
Central	Cândido José de Araújo Vianna (marquês de Sapucaí)	1839
Central	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	1842
Central	Manuel Teixeira de Souza (Barão de Camargos)	1860
Central	Afonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro preto)	1879
Central	José Rodrigues de Lima Duarte (visconde de Lima Duarte)	1884
Central	Inácio Antônio de Assis Martins (visconde de Assis Martins)	1884
Mata mineira	José de Rezende Monteiro (Barão de Leopoldina)	1887
Mata mineira	José Joaquim Monteiro da Silva (Barão de Santa Helena)	1888
Norte – Leste	José Cesário de Miranda Ribeiro (visconde de Uberaba)	1844
Norte – Leste	Antônio Cândido da Cruz Machado (visconde de Serro Frio)	1874
Oeste	Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi)	1823
Oeste	Antonio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté)	1847
Sul	José Ildfonso de Souza Ramos (visconde de Jaraguari)	1853
Triângulo	Domiciano Leite Ribeiro (visconde de Araxá)	1866

Fonte: Gráfico I e Anexo

MAPA 4: NOBRES MINEIROS NOMEADOS SENADORES NO IMPÉRIO (POR REGIÃO)



Fonte: Gráfico I e Anexo

A análise das trajetórias dos demais senadores (cerca de 25), que não alcançaram o título de nobreza, é bastante relevante tanto no que diz respeito à Minas Gerais, quanto à evolução da estrutura política ao longo do século XIX. Em primeiro lugar confirmamos a predominância absoluta dos senadores mineiros ligados à região Central. Entre os senadores dessa região que não se tornaram nobres, destacamos Jacinto Furtado de Mendonça. Agricultor, Capitão-mor de Vila Rica, eleito para as *Côrtes Geraes, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa* em 19 de setembro de 1821, foi nomeado senador em 1826 e falecido em 1834. O Eclesiástico Marcos Antônio Monteiro de Barros,

nomeado em 1826, falecido em 1852, era formado em Direito Canônico.¹⁰⁴ Outros do centro, e já citados, foram Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu irmão Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, que tiveram atuação destacada na construção e legitimação do Estado Imperial brasileiro.

Da região central vemos, também, o Conselheiro de Estado José Pedro de Carvalho nomeado em 1857 e falecido em 1861; o médico Antônio Gonçalves Gomide nomeado em 1826 e falecido em 1835. O advogado Francisco de Paula Silveira Lobo, nomeado senador em 1868 e falecido em 1886, originário de Mamanguape na Paraíba, foi Juiz Municipal em Mariana, tornando-se proprietário rural no sertão do Rio Doce e lançando-se na política como deputado provincial, geral, presidente da província de Minas Gerais (1866 – 67). Da região Norte-leste tivemos o desembargador, intendente dos diamantes, mineralogista, proprietário de terras e político da Região do Serro, Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, nomeado em 1826 e falecido em 1835; ainda dessa região era João Evangelista Faria Lobato, magistrado, nomeado em 1826 e falecido em 1846.¹⁰⁵ Outro senador dessa região foi Teófilo Benedito Otoni, nomeado em 1864 e que faleceu em 1879.

Além dos destacados acima, podemos citar aqueles senadores que não eram mineiros, ou tiveram poucas relações com a província. Neste sentido temos Sebastião Luís Tinoco da Silva, que era magistrado e foi Juiz de Fora em Campos, e Juiz da Alfândega de Santos no período 1789 e 1796. Português de nascimento, Luís Tinoco foi Ministro da Fazenda em 1823 por apenas 3 dias, titular do Ministério da Justiça no Gabinete do Marquês de Olinda de 1823 até 1825, sendo nomeado senador em 1826 e faleceu em 1839.¹⁰⁶ Outro caso de não ter origem em Minas Gerais e senador pela província foi o de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, nomeado em 1828. Nascido em Portugal e bacharel por Coimbra, teve destacada atuação política, seja no período da Independência, seja posteriormente na regência e no segundo reinado, sendo presidente de província e ministro em vários gabinetes. Fez sociedade comercial com o Brigadeiro Luiz Antonio, um dos maiores negociante de São Paulo,¹⁰⁷ além de ter fazendas de café em Campinas e Limeira. Foi um dos pioneiros na introdução do trabalho livre para o Brasil. Sua ligação com Minas vem da sedição militar de Ouro Preto em 1833, onde assistimos sua posição tentando manter a paz neste movimento.¹⁰⁸

Para completarmos a análise do que foi denominado de *primeiro escalão*, podemos verificar a grande importância que estes nobres tiveram na política imperial, já que 12 dos nobres mineiros eleitos e reconhecidos como senadores foram também nomeados membros do Conselho de Estado e destes, 11 foram também ministros de estado.¹⁰⁹ Novamente temos uma grande relação entre os Ministros de Estado, o Senado e o Conselho de Estado. Podemos pensar então de uma *nobreza dentro da nobreza*, ao menos enquanto forma de atuação política, pois, dos 11 nobres mineiros até aqui trabalhados (08 da região central, 01 do oeste, 01 do sul e 01 do triângulo), estiveram nas mais importantes esferas de poder do Império Brasileiro no XIX.

Quando identificamos que nenhum destes nobres pertenceu a Zona da Mata mineira o argumento entre uma dissociação entre política e economia fica mais qualificado. São necessários estudos mais aprofundados destas relações inter-regionais para determinar até que ponto a atuação política irá interferir nos rumos e nas atividades econômicas de Minas Gerais no final do XIX e início do XX. Até o ponto em que podemos avançar nos limites deste artigo, o fato da Mata mineira assumir

¹⁰⁴ seus pais: Manuel José Monteiro de Barros e Margarida Eufrásia Negreiros da C. Matos da região Mineradora. **RAPM** vol. 01, 1896 Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ouro Preto Parte inedita da monographia do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos sobre a Capitania de Minas - Geraes, escripta no primeiro decenio do presente século. p. 450

¹⁰⁵ Referência na **RAPM**, vol 10, 1905 jan/jun Nelson Coelho de Senna, p. 172

¹⁰⁶ **RAPM**, 28 de dezembro de 1825 correspondência com Guido Marlieré.

¹⁰⁷ A respeito da fortuna e riqueza do Brigadeiro Luiz Antonio cf. ARAUJO, Maria Lucília. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos.** São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006.

¹⁰⁸ Acerca do senador Vergueiro e sua participação em Minas Gerais ver **RAPM** Vol. 07, 1902, jan/jun Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte. **A sedição militar de Ouro Preto em 1833.** mostra a participação de Vergueiro tentando manter a paz neste movimento.

¹⁰⁹ Foram respectivamente Senadores, Conselheiros de Estado e também ministros do Império: Marques de Queluz, de Sabará, de Valença, de Baependi, do Paraná e de Sapucaí, também os Viscondes de Ouro Preto, de Lima Duarte, de Abaeté, de Jaguarí e de Araxá. Foi também Senador e Conselheiro de Estado (Mas não ministro) o Visconde de Uberaba, cf. quadros II, III e IV.

uma posição periférica dentre o *rateio político* de Minas será fundamental enquanto definidor dos limites institucionais de sua expansão econômica.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALVISI, Edson. **Magistrados e Negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio (1850-1875)**. Tese de Doutorado (em História). Niterói, UFF/PPGH, 2007.
- ARAÚJO, Maria Lucília. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006.
- BERGAD, Laird. **Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720 – 1880**. Tradução de Baetrix Sidou, Bauru, SP: EDUSC, 2004
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893,
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BUENO, Carlos Barata Cunha. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. Brasília, 2000.
- CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio** 2ª. Edição, São Paulo: Braziliense, 1982
- CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CUNHA, Rui Vieira da. **Figuras e fatos da nobreza brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- CUNHA, Rui Vieira da. **O parlamento e a nobreza brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1979.
- DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997
- DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia - Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GAMA, Nicolau Antônio Valle da. **Minhas Memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985,
- GENOVÊS, Patrícia Falco. **As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Niterói: Dissertação de Mestrado, UFF, 1996
- GENOVÊS, Patrícia Falco. **O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2003.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1997.
- LAGO, Coronel Loureiro. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal – Dados Bibliográficos (1828-1939)**. Rio de Janeiro, 1940 – Imprensa Militar.
- LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do caminho novo à proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF / FUNALFA, 1985.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Tese de doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS. 2005
- MATTOS, Ilmar Rohloff de, **O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos – Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666 – 1715**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- NABUCO, Joaquim Aurélio Barreto de. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2004.
- NOBREGA, Dormevelly. **Revedo o Passado: Memória juiz-forana**. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. **O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo monárquico no Brasil do Século XIX**. Almanack Braziliense. Número 5, maio 07, São Paulo: IEB-USP.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755/1822)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (Tese de Doutorado).
- PIRES, Anderson **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, revisada, 2004.
- PROCÓPIO, José Filho. **Salvo Erro ou Omissão: Gente juiz-forana**. Edição do Autor, Juiz de Fora, 1979, p. 331.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: o Novo PRM (1889-1906)**. Tese de Livre Docência, UFMG, 1977.
- RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. Dissertação de Mestrado, UNESP / Araraquara, 2006.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Arquivo Nacional, 1960.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, ed. Itatiaia Ltda, 2000.
- SALES, Ricardo. **A Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.
- SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999.
- STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961 ou
- TAUNAY, Affonso de E. **O Senado do Império**. São Paulo: Livraria Martins, 1941
- TAVARES, Augusto de Lyra. **Instituições Políticas do Império**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1978
- TOSTES, Vera Lúcia Botrel. **Títulos e Brasões, sinais de nobreza: Titulares Brasonados do Império Rio de Janeiro e São Paulo**. Rio de Janeiro: JC editora, 1996.
- VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemérides mineiras**. Ouro Preto: Ouro Preto. Imprensa Oficial, 1897
- WIRTH, John. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.